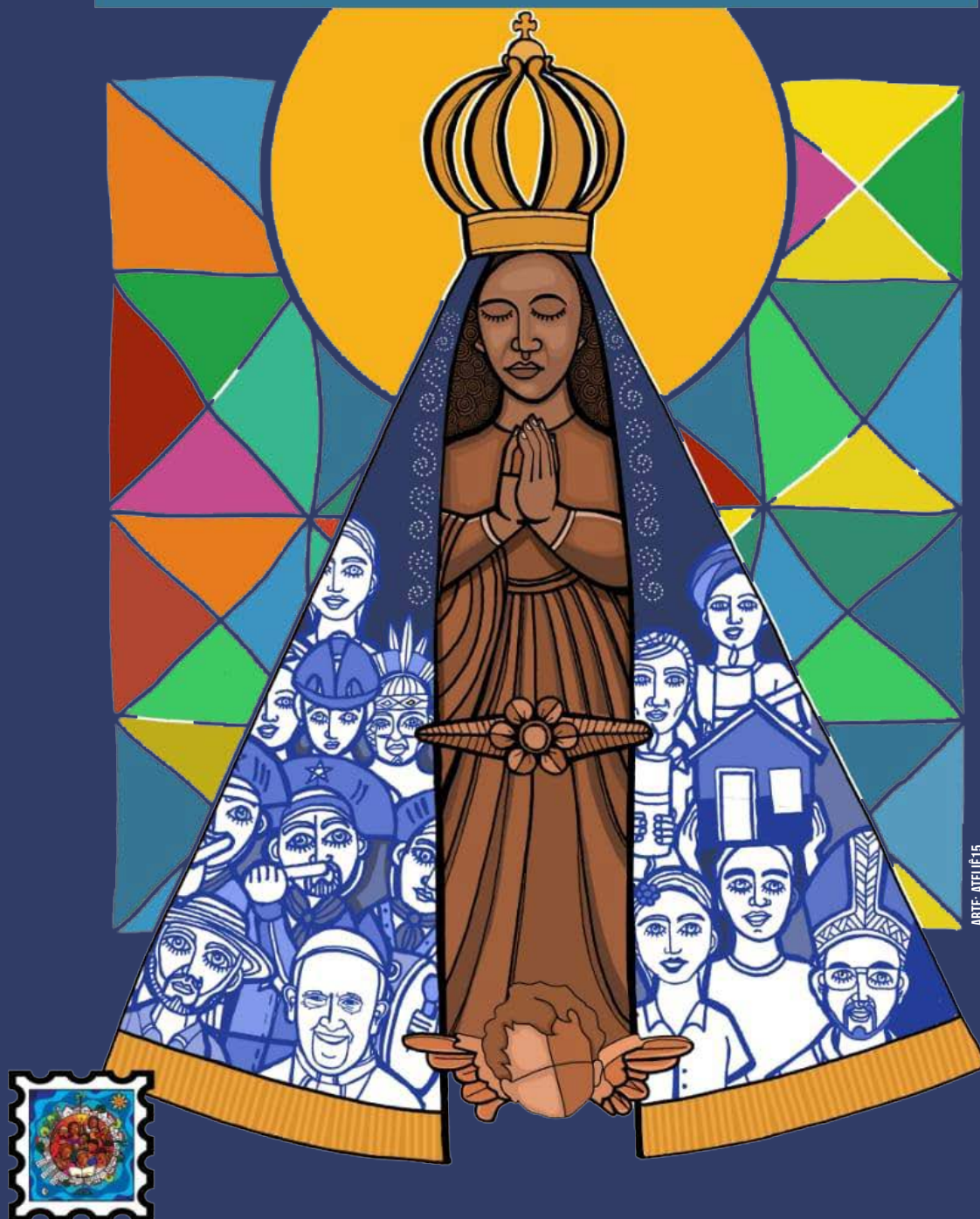


Ano X - Nº 15 julho/2021

UMOLHAR

UMA PUBLICAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL



ARTE: ATELIE15

**9ª ASSEMBLEIA NACIONAL DOS
ORGANISMOS DO POVO DE DEUS**

APARECIDA(SP), 22 A 25 DE NOVEMBRO DE 2018





NOSSO OBJETIVO 2020-2022

EVANGELIZAR pelo anúncio da Palavra de Deus, para que os cristãos leigos e leigas, em suas diferentes expressões, se assumam como sujeitos eclesiais, discípulos missionários de Jesus Cristo, fiéis à evangélica opção pelos pobres, no caminho de sinodalidade da Igreja e no cuidado com a Casa Comum.

www.cnlb.org.br

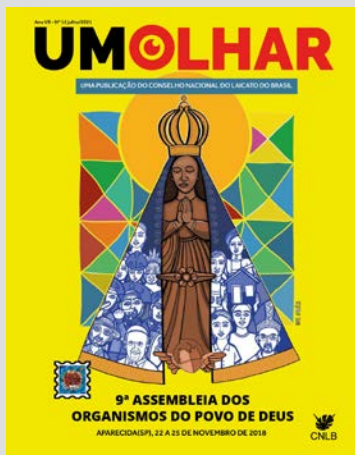


UM OLHAR

UMA PUBLICAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL

“Um olhar” é uma publicação do
CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL (C N L B)

Os textos aqui publicados correspondem à reflexão feita por seus autores e autoras,
dentro das expectativas e objetivos deste número.



CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL - CNLB

Presidência 2019-2023

Presidente: Sônia Gomes de Oliveira

Vice-presidente: Rejane Teixeira Gaia

Secretário: Márcio José de Oliveira

Secretária adjunta: Maria Aurenir da S. Paiva

Tesoureiro: Luiz Everaldo Bertholo

Tesoureiro adjunto: Carlos de Oliveira Silva

Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB/ Um Olhar. Brasília, 2020

Organização e revisão: Marilza J L Schuina, Laudelino Augusto dos S. Azevedo

Fotos: direito publicado de mídias sociais e do CNLB

Edições 2020

68 p. 21 x 29,7

ISSN 2526-6624

Responsável: Conselho Nacional do Laicato do Brasil
SGAN 905 – conjunto C – Asa Norte – 700790-050 – Brasília – DF
Email: secretaria.cnlb@gmail.com
cnlb.org.br



SUMÁRIO

07

1- ASSEMBLEIAS NACIONAIS DOS ORGANISMOS DO POVO DE DEUS

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo

12

2- SINODALIDADE: A FORMA DE SER DE UMA IGREJA DE COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO

Diácono Sérgio Douets

21

3- O PROTAGONISMO DOS CRISTÃOS LEIGOS E LEIGAS

Lúcia Pedrosa de Pádua

28

4- DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL 2019 - 2023

33

5- RESUMO GERAL DAS PROPOSTAS RELATIVAS ÀS ANOPDs E À SINODALIDADE NA IGREJA

5.1. Debate e definição da “regularidade das ANOPDs”

42

6- LITURGIA E ANIMAÇÃO DA 9ª ANOPD

6.1. Solenidade de Cristo Rei - Dia Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas - Romaria Nacional do Laicato

47

7- MENSAGEM DOS PRESIDENTES

7.1. Do Conselho Nacional do Laicato do Brasil

7.2. Da Comissão Nacional dos Diáconos

7.3. Da Comissão Nacional dos Presbíteros

7.4. Da Conferência Nacional dos Institutos Seculares

7.5. Da Conferência dos Religiosos do Brasil

7.6. Da Conferência Nacional da CNBB

60

8- ANEXOS - Convocação, mensagem, ata e lista de participantes da Assembleia

APRESENTAÇÃO

Realizada nos dias 22 a 25 de novembro de 2018, como culminância do Ano Nacional do Laicato, a 9ª Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus, desde o início da sua preparação foi pensada para ser realizada em Aparecida/SP, unindo-se à Romaria Nacional do Laicato, junto ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida, local de peregrinações e tão caro à religiosidade de nosso povo.

Maria é modelo para todo o Corpo Eclesial, especialmente, como cristã leiga que, juntamente com Jesus e o esposo José, constituem-se em modelos de família cristã. O ícone da Sagrada Família acompanhou as reflexões e celebrações nas Comunidades urbanas e rurais, Paróquias e Dioceses, durante todo o Ano Nacional do Laicato.

O Documeto 105 ensina: “Para compreendermos em toda a sua grandeza e dignidade a natureza e missão dos cristãos leigos e leigas, podemos dirigir o nosso olhar para Maria. Mulher livre, forte e discípula de Jesus, Maria foi verdadeiro sujeito na comunidade cristã. Em Maria, mulher leiga, santa, Mãe de Deus, os fiéis leigos e leigas encontram razões teológicas para a compreensão de sua identidade e dignidade no povo de Deus.” (Cf. 105, n. 113-115).

Assim, a 9ª ANOPD realizou-se no Seminário Santo Afonso, em Aparecida. Os cristãos bispos, presbíteros, leigos e leigas ficaram hospedados no próprio Seminário. Os cristãos religiosos e religiosas e os/as membros dos Institutos Seculares ficaram na Casa das Irmãs Missionárias do Amor Divino e os cristãos diáconos e suas esposas se hospedaram em um hotel bem próximo do Seminário, para facilitar a movimentação diária.

Queremos compartilhar com você toda a reflexão realizada nos dias da Assembleia, suas propostas e encaminhamentos. Começamos com texto de *Laudelino*

Augusto dos Santos Azevedo, que faz uma importante memória das assembleias e seu contexto atual, ou seja, as raízes da Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II.

O diácono *Sérgio Douets*, que proferiu a Conferência Central da Assembleia, apresenta em sua reflexão “alguns desafios para a vivência da sinodalidade na vida de muitos cristãos na contemporaneidade; a sinodalidade como um elemento constitutivo da Igreja que nasce da Eucaristia e as consequências para o seu desdobramento estrutural”.

Refletindo sobre “o protagonismo dos cristãos leigos e leigas”, a teóloga leiga *Lúcia Pedrosa* destaca “a sua experiência pessoal no Ano do Laicato e apresenta quatro linhas-força desse protagonismo numa Igreja sinodal: a espiritualidade encarnada; a superação do clericalismo e construção da comunhão enquanto sujeitos eclesiais; a participação ativa nos areópagos modernos; a vivência da ‘ecologia integral’”.

Você poderá ler ainda um breve relato sobre a contribuição da 9ª ANOPD para as novas “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil”, assunto recorrente nas assembleias anteriores. Apresenta-se também propostas sobre as ANOPDs e sua continuidade, bem como sobre a sinodalidade na Igreja, além do relato sobre a liturgia e animação durante a Assembleia.

Nas mensagens de cada presidente dos Organismos, a alegria por pertencerem ao mesmo Corpo e o compromisso com a Igreja Sinodal.

A culminância do Ano Nacional do Laicato com a realização da 9ª Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus, marca a vivência de uma Igreja sinodal, do caminhar juntos, numa “Igreja em saída”.



ASSEMBLEIAS NACIONAIS DOS ORGANISMOS DO POVO DE DEUS

Memória das assembleias e seu contexto atual

Esta é a 9ª Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus (ANOPD), numa sequência que se iniciou em 1991. Apresentamos, aqui, uma brevíssima memória histórica dessas Assembleias, com alguns destaques e trazendo para o contexto atual. Baseamo-nos em um texto/resumo elaborado por Dom Demétrio Valentini, bispo emérito de Jales/SP, após a IV ANOPD, posteriormente ampliado por Dom Celso Queirós, ex-secretário-geral da CNBB. Fizemos, também, pesquisas nos cadernos “Comunicado Mensal da CNBB” desde 1991, nos textos das Diretrizes Gerais e, especialmente, nos Planos de Pastoral da CNBB, que desde o 11º, em 1991, trouxeram a realização das ANOPD’s.

Conforme os textos citados, “as raízes da ‘Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus’ encontram-se no Concílio Ecumê-

nico Vaticano II, na nova configuração eclesial proposta pela *Lumen Gentium*”. Sendo assim, permitam-me, neste início da apresentação, recordar e pedir a intercessão dos Servos de Deus Dom Helder Câmara e Dom Luciano Mendes de Almeida, presentes e atuantes desde as raízes da proposta e da efetivação das ANOPD’s.

O Pe. Gervásio Queiroga, por tantos anos assessor jurídico-canônico da Conferência Episcopal, em sua tese “CNBB – Comunhão e Corresponsabilidade”, publicada em 1977 pela Paulinas, pergunta se já não seria a hora de “criar um

outro órgão, a que chamaremos aqui ‘Assembleia do povo de Deus’ aonde confluam – sob a direção do episcopado, como o exige a natureza da Igreja – membros da CNBB, da CRB, da CNC, do CNL, representantes dos diáconos e outros elementos que tornem esta Assembleia maximamente representativa dos carismas, gêneros de vida e ministérios eclesiais ..., de modo que a corresponsabilidade eclesial, na unidade da comunhão, se faça mais expressa e mais concreta, ... nela o povo de Deus, organicamente representado e sob a guia dos pastores, se assentaria

“Todos os membros da Igreja são sujeitos ativos de evangelização. Disso, resulta que a colocação em prática da Igreja sinodal é pressuposto indispensável para um novo ardor missionário que comprometa todo o povo de Deus”. (DI 48, n.9)



Laudelino Augusto dos Santos Azevedo, cristão leigo – agente pastoral, assessor da Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato/CNBB.

para a planificação orgânica da pastoral nacional (ora, na competência decisória exclusiva do episcopado) e outras medidas que interessam à Igreja como um todo diversificado, mas, unido”. (Página 321).

Neste sentido, fazendo já uma referência ao contexto atual (em “tempos de Francisco”), citamos o Papa Francisco que, no início de seu discurso em comemoração ao cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos, em 17 de outubro de 2015, afirmou: “Desde o Concílio Vaticano II até a atual Assembleia, temos experimentado de forma cada vez mais intensa a

necessidade e a beleza de ‘caminhar juntos’”. Devemos lembrar que “Sínodo” significa exatamente “caminhar juntos”. No mesmo discurso, mais à frente, Francisco reitera: “O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio”.

1- Artigo 7º do Estatuto da CNBB

Antes de apresentar o breve histórico, faço uma referência ao artigo 7º do Estatuto da CNBB, que, de certa maneira, fundamenta o caráter eclesial/jurídico/canônico destas Assembleias.

Assim reza o art. 7º do Estatuto da CNBB: “Para alimentar a comunhão e a colaboração pastoral, a CNBB mantém relacionamento permanente com as organizações, que representam, em âmbito nacional, os diversos componentes do Povo de Deus, especialmente com a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), Comissão Nacional de Presbíteros (CNP), Comissão Nacional de Diáconos (CND), a Conferência Nacional dos Institutos Seculares (CNIS) e o Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB)”.

Neste sentido, os presidentes destes Organismos do Povo

de Deus, ou representantes dos mesmos, participam das Assembleias Gerais Ordinárias da CNBB e das Reuniões do CONSEP e do Conselho Permanente. Esporadicamente, realizam Reunião dos Presidentes, juntamente com o Presidente da CNBB, constituindo-se no Conselho de Presidentes, conforme estabelece o Regimento das ANOPD's. Houve tempos em que havia, anualmente, a chamada Reunião Ampliada das Presidências dos Organismos do Povo de Deus.

2- Breve histórico

As raízes da “Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus” encontram-se no Concílio Ecumênico Vaticano II e na nova configuração eclesial proposta pela *Lumen Gentium*. A Igreja que tem na Trindade Santa sua fonte, seu modelo e sua meta, apresenta-se e constrói-se na história como comunhão-participação. Os caminhos que conduziram nossa Igreja a este projeto foram trilhados no diálogo paciente e na busca do consenso.

Em 1971, impulsionada pela renovação conciliar, a CNBB revisou seus Estatutos, acolhendo duas Comissões para favorecer, em campos específicos, a comunhão e participação: A Comissão Nacional do Clero (CNC) e a Comissão Nacional de Pastoral (CNP). Os

A Igreja que tem na Trindade Santa sua fonte, seu modelo e sua meta, apresenta-se e constrói-se na história como comunhão-participação.

Presidentes da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), CNC e de outros Organismos começam a participar das reuniões da CEP (hoje, CONSEP). Vai surgindo, então, em processo vital, a ideia de uma reunião mais ampla, congregando as Presidências dos Organismos, expressando melhor a realidade do CORPO ECLESIAL. (Lembramos que em 1975 foi criado o Conselho Nacional de Leigos - CNL, hoje Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB).

A ideia de se realizar uma “Assembleia do Povo de Deus no Brasil” começou a tomar perfil mais definido a partir da 1ª Reunião Conjunta das Presidências ou Diretorias dos seis Organismos:

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB; Conferência Nacional dos Institutos Seculares – CNIS; Conselho Nacional de Leigos – CNL; Comissão Nacional do Clero – CNC; Comissão Nacional dos Diáconos – CND, realizada nos dias 1º-2/07/1989, em Brasília. Nas sucessivas reuniões dos Presidentes desses Organismos, por ocasião de cada reunião da CEP, a ideia foi sendo aprofundada, relacionada com a elaboração das Novas Diretrizes Pastorais da Igreja no Brasil, e no horizonte da Nova Evangelização no Contexto do V Centenário de Evangelização da América Latina.

Na segunda Reunião Conjunta, de 29/06 a 1º/07/90, em Brasília, decidiu-se que tal Assembleia reuniria 300 participantes, representando cada um dos Organismos, de forma proporcional. Previu-se, igualmente, o local, Itaiçi, e a data, fins de maio ou começo de junho de 1991. A convocação seria feita pelos Presidentes dos Organismos (Cf. Comunicado Mensal – CNBB, junho/julho 90, pág. 1134). Mais tarde, em reunião dos Presidentes dos mesmos Organismos, a 24/10/1990, fixou-se a data da Assembleia, de 1º a 4 de junho de 1991, em Itaiçi. (Todos estes passos – e mais detalhes – constam em atas publicadas no COMUNICADO MENSAL DA CNBB).

3- Assembleias realizadas: (Ver anexo I, pág. 5)

1991 – I Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus – Itaici/SP, de 01 a 04 de junho. Tema Central: “As Diretrizes – Contribuições para a elaboração das Diretrizes”;

1993 – II ANOPD – Itaici/SP, de 07 a 12 de outubro. Tema Central: “A missão dos Organismos à luz de Santo Domingo – pistas e compromissos”;

1995 – III ANOPD – Itaici/SP, de 12 a 15 de outubro. Dois temas: 1- “A implementação das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil” e 2- “As iniciativas a serem tomadas pela Igreja no Brasil para a celebração do jubileu do 3º Milênio”;

1998 – IV ANOPD – Colégio Arquidiocesano, São Paulo / SP, de 10 a 12 de outubro. Tema Central: “A Igreja que queremos para o Novo Milênio”;

2001 – V ANOPD – Itaici/SP, de 28 a 30 de abril. Tema Central: “A missão do cristão no Novo Milênio”;

2004 – VI ANOPD – SESC Venda Nova, Belo Horizonte/MG, de 26 a 28 de março. Vários temas: “Teologia da Igreja Particular”; “Projeto Nacional de Evangelização”; “Missão na Amazônia”; “Campanha para a Evangelização”; “CF / 2005 – Ecumênica”; “Mutirão de superação da miséria e da fome”; “Projeto: Por uma cultura de justiça e paz no Brasil – superação da violência” e “Projeto: Escola de Formação Política” (criação do CEFEP);

2006 – VII ANOPD – Colégio Santa Fé, São Paulo/SP, de 07 a 10 de setembro. Tema Central: “Desafios Atuais para a Evangelização”;

2009 – VIII ANOPD – Colégio Santa Fé, São Paulo/SP, de 13 a 15 de novembro. Tema Central: “Discipulado Missionário” e Lema: “Seis minhas testemunhas” (At. 1,8);

2018 – IX ANOPD – Aparecida/SP, de 22 a 25 de novembro. Tema Central: “A Sinodalidade da Igreja e o Protagonismo dos Cristãos Leigos e Leigas”, como Celebração e culminância do Ano Nacional do Laicato.



4- Estatuto jurídico

Não existe “estatuto” das Assembleias. O espírito que as norteia encontra-se nas “Normas Práticas” elaboradas por ocasião da reunião da CEP (maio de 1991). Os Presidentes dos seis Organismos (CNBB, CRB, CNIS, CNL, CNC e CND), com a colaboração do Assessor Jurídico da CNBB, redigiram as Normas Práticas para a 1ª Assembleia, fixando os objetivos e pauta da mesma. Com base nestas Normas Práticas, cada Assembleia, sucessivamente, foi elaborando o seu próprio Regimento. Desta 9ª ANOPD, podemos ver o Regimento na página 6 do livreto, elaborado pelo Conselho de Presidentes.

No contexto atual, muito nos ilumina o Documento da Comissão Teológica Internacional sobre “A SINODALIDADE NA VIDA E NA MISSÃO DA IGREJA”: “A eclesiologia do Povo de Deus sublinha, de fato, a comum dignidade e missão de todos os batizados no exercício da multiforme e ordenada riqueza dos seus carismas, das suas vocações, dos seus ministérios... A sinodalidade, nesse contexto eclesiológico, indica o específico ‘modus vivendi et operandi’ da Igreja povo de Deus que mani-

festa e realiza concretamente o ser comunhão no caminhar juntos, no reunir-se em assembleia e no participar ativamente de todos os seus membros em sua missão evangelizadora”. “Disso deriva o limiar de novidade que o Papa Francisco convida a atravessar. No sulco traçado pelo Vaticano II e percorrido pelos seus predecessores, ele sublinha que a sinodalidade exprime a figura de Igreja que brota do Evangelho de Jesus e que é chamada a encarnar-se hoje na história, em fidelidade criativa à Tradição”. (Edições CNBB, DI 48, n. 6 e 9).

5- Objetivos

As ANOPD’s têm como objetivos gerais:

- a - Fortalecer a Igreja comunhão e missão;
- b - Reavivar e aprofundar a consciência da corresponsabilidade na evangelização, a ser feita cada vez mais organicamente;
- c - Crescer na comunhão entre os Organismos e vivenciar a sinodalidade e a unidade na ação evangelizadora.

Especificamente, cada ANOPD por sua vez, teve e tem seus objetivos próprios. (Anexo I, Artigo 3º - pág. 7, os Objetivos específicos desta 9ª Assembleia).

6- Observações

baseado no texto de
D. Demétrio e D. Celso Queiroz

1

Quanto à natureza e objetivos da “Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus”, a Assembleia precisa propiciar um clima de identificação de todos os participantes com a Igreja e com sua missão. Esta identificação supõe que cada participante também assume claramente a condição na qual participa da Assembleia. Deste modo, a Assembleia fortalece a unidade eclesial na diversidade de carismas e vocações, em clima de fraternidade e de alegria diante da missão comum a todos;

2

Além do estudo e aprofundamento de temas, a Assembleia se pronuncia sobre importantes fatos da conjuntura do momento e, ao término dos trabalhos, publica sua “Mensagem Final” (ou Mensagem ao Povo de Deus, ou outro título);

Igreja que brota do Evangelho de Jesus e que é chamada a encarnar-se hoje na história, em fidelidade criativa à Tradição

3

Quanto à periodicidade: Inicialmente, a Assembleia foi pensada para acontecer a cada dois anos. Sua continuidade estaria garantida pelos encontros dos presidentes dos Organismos por ocasião das reuniões mensais da Comissão Episcopal de Pastoral e, especialmente, pela reunião anual ampliada dos Organismos. Estas reuniões constituir-se-iam num fórum permanente a garantir a continuidade das reflexões das Assembleias. (Esta 9ª ANOPD tem como um de seus objetivos: “Tornar regulares as Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus (ANOPD), que vêm sendo realizadas desde

1991...”, atendendo ao que foi aprovado pelos Bispos do Brasil no Doc. 105, n. 274 ‘c’).

4

Quanto à representatividade dos participantes: As ANOPD’s devem contemplar, da melhor maneira possível, uma boa representatividade dos participantes. Essa representatividade fica fortalecida pela delegação, que acontece na medida em que os Organismos são avisados e motivados para escolherem seus autênticos represen-

tantes para a Assembleia. Os leigos devem expressar, na sua representação, a maior diversidade possível de situações e funções, para que nenhum membro e/ou segmento do Povo de Deus se sinta excluído ou não representado pelos Organismos participantes.

5

Quanto à organização da Assembleia: A CNBB é a instância que acolhe todos os participantes da Assembleia. Os demais Organismos são chamados a participar deste momento carregado de eclesialidade. É indispensável que previamente se combinem as tarefas de coordenação, em estreita ligação com os serviços de secretaria. Dada a natureza pastoral da Assembleia, a Secretaria Geral da CNBB precisa sentir-se mais envolvida na articulação geral de todo o processo, desde a sua preparação até a sua realização.

6

Quanto aos recursos financeiros para a Assembleia: A questão dos recursos é um limite concreto, que deve ser levado em conta para programar as Assembleias e ser assumido com realismo, desprendimento e transparência. A auste-

ridade deve fazer parte da mística da Assembleia. A condição ideal seria que a própria CNBB pudesse dispor de uma quantia significativa para facilitar a realização da Assembleia.

7

Quanto ao local: O melhor local seria onde todos pudessem se hospedar. Favoreceria o clima de convivência, de fraternidade e também o aproveitamento. Em caso de hospedagens em locais diversos ou em casas de família, seria importante que fosse numa comunidade que pudesse ser envolvida e também participar de alguns momentos da realização da Assembleia.

8

Muito importante: Avaliar sempre em que a Assembleia contribuiu para que os participantes experimentem a unidade e comunhão do Corpo Eclesial e se sintam identificados com a Igreja e sua missão. As intenções que historicamente levaram a organizar a “Assembleia dos Organismos do Povo de Deus” são demasiado preciosas para ficarem desgastadas com Assembleias precárias, com poucas condições e sem grande motivação.

7- As ANOPD's e o contexto atual

Além dos comentários e textos já citados acima, podemos iluminar a atualidade das ANOPD's com os seguintes textos:

7.1- Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (Doc. CNBB 102)

“A Igreja existe no mundo como obra das três Pessoas divinas, é povo de Deus (em relação ao Pai), corpo e esposa de Cristo (em relação ao Filho) e templo vivo (em relação ao Espírito Santo). Ela é ‘o povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo’”. (7).

“A unidade de todos, em meio à diversidade de dons, serviços, carismas e ministérios, testemunha o amor trinitário do Pai, pelo Filho, no Espírito”. (14).

“Para uma Igreja comunidade de comunidades, é imprescindível o empenho por uma efetiva participação de todos nos destinos da comunidade, pela diversidade de carismas, serviços e ministérios. Para isso, faz-se necessário promover: a. a diversidade ministerial, na qual todos, trabalhando em comunhão, manifestam a única Igreja de Cristo, sejam eles leigos, leigas, ministros ordenados, consagrados e consagradas...; b. a união dos presbíteros, diáconos,

consagrados e leigos, sob a orientação do bispo diocesano, em torno das grandes metas evangelizadoras e dos projetos pastorais que as concretizam. Uma Igreja com diversas formas de ser comunidade deve ser igualmente uma Igreja que testemunha a comunhão de dons, serviços e ministérios; ... d. a formação e a atuação de assembleias, conselhos e comissões... que levam à valorização dos diferentes serviços pastorais e podem ser um meio para evidenciar a necessidade de todos os membros da comunidade eclesial tornarem-se sujeitos corresponsáveis na ação evangelizadora; e. a articulação das ações evangelizadoras, através da pastoral orgânica e de conjunto... com a participação de todos os membros da comunidade eclesial na projeção da ação evangelizadora, tanto no processo de discernimento, como na tomada de decisão e avaliação”. (107).

7.2- Christifideles Laici (São João Paulo II):

“Neste campo (mundo) está presente e operante a Igreja, todos nós, pastores e fiéis, sacerdotes, religiosos e leigos” (7);

“Os fiéis leigos, juntamente com os sacerdotes, os religiosos e as religiosas, formam o único povo de Deus e Corpo de Cristo... Cada um na sua unicidade e irrepetibilidade, com o seu ser e o seu agir, põe-se a serviço do crescimento da

comunhão eclesial, como, por sua vez, recebe singularmente e faz sua a riqueza comum de toda a Igreja. Esta é a ‘comunhão dos santos’, que nós professamos no Credo: o bem de todos torna-se o bem de cada um e o bem de cada um torna-se o bem de todos. ‘Na santa Igreja – escreve São Gregório Magno – cada um é apoio dos outros e os outros são seu apoio.’” (28);

“Trabalhadores da vinha são todos os membros do povo de Deus: os sacerdotes, os religiosos e as religiosas, os fiéis leigos, todos simultaneamente objeto e sujeito da comunhão da Igreja e da participação na sua missão de salvação. Todos e cada um trabalham na única e comum vinha do Senhor com carismas e com ministérios diferentes e complementares... também através do estado de vida que caracteriza os sacerdotes, os religiosos e as religiosas, os membros dos institutos seculares, os fiéis leigos. Na Igreja-comunhão os estados de vida encontram-se de tal maneira interligados que são ordenados uns para os outros... Todos os estados de vida, tanto no seu conjunto como cada um deles em relação com os outros, estão a serviço do crescimento da Igreja, são modalidades diferentes que profundamente se unem no ‘mistério de comunhão’ da Igreja e que dinamicamente se coordenam na sua única missão” (55);

7.3- “A sinodalidade na vida e na missão da Igreja” (Comissão Teológica Internacional – Edições CNBB - DI 48):

Além dos itens já citados acima, transcrevemos:

“Ainda que o termo e o conceito de sinodalidade não se encontrem, explicitamente, no ensinamento do Concílio Vaticano II, pode-se afirmar que a instância da sinodalidade está no coração da obra de renovação por ele promovida”. (6)

“Todo o povo de Deus é o sujeito do anúncio do Evangelho. Nele, todo batizado é convocado para ser protagonista da missão, pois todos somos discípulos missionários. A Igreja é chamada a atuar em sinergia sinodal os ministros e os carismas presentes na sua vida para discernir os caminhos da evangelização na escuta da voz do Espírito”. (53)

“A Sinodalidade exprime o ser sujeito de toda Igreja e de todos na Igreja. (...) A vida sinodal testemunha uma Igreja constituída por sujeitos livres e diversos, unidos entre si em comunhão, que se manifesta de forma dinâmica como um só sujeito comunitário, o qual, apoiando-se sobre a pedra angular que é Cristo e sobre as colunas que são os Apóstolos, é edificado como tantas pedras vivas em uma “casa espiritual” (IPd 2,5), “morada de Deus no Espírito” (Ef 2,22). (55)

“Uma Igreja sinodal é uma Igreja participativa e corresponsável. No exercício da Sinodalidade, esta é chamada a articular a participação de todos, segundo a vocação de cada um, com a autoridade conferida por Cristo ao Colégio dos Bispos, tendo o Papa como ca-

beça”. (67)

“A experiência vivida e perseverante da Sinodalidade é para o povo de Deus fonte da alegria prometida por Jesus, fermento de vida nova, trampolim para uma nova fase de empenho missionário”. (121)



Uma Igreja sinodal é uma Igreja participativa e corresponsável”



7.4- DOC. CNBB 105: “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade – ‘Sal da Terra e Luz do Mundo’ (Mt 5, 13-14)”:

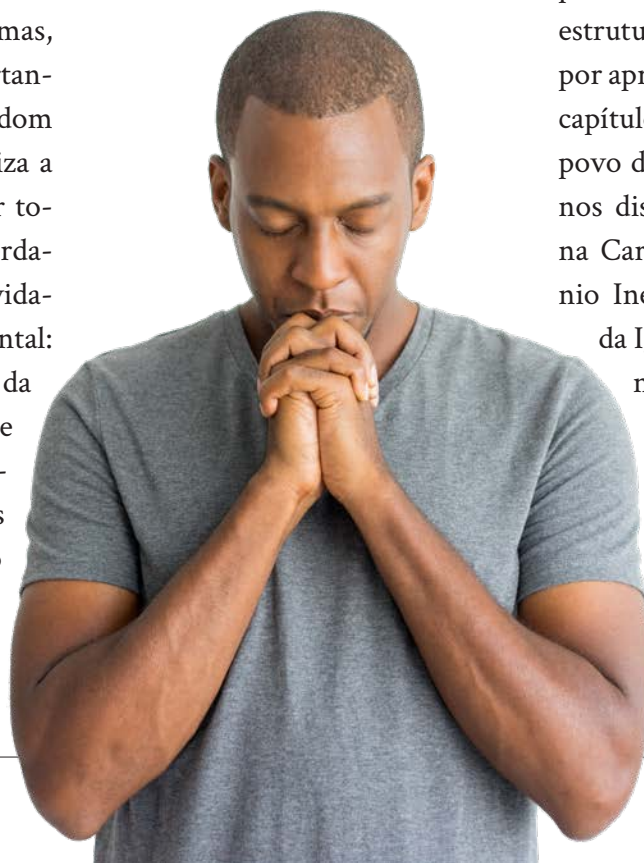
“O mundo e a história da humanidade são o grande campo da ação do amor de Deus. Para o Concílio Vaticano II, a Igreja está dentro do mundo, não fora, nem ao lado, nem acima, nem contraposta a ele. (15) O significado da relação entre a Igreja e o mundo vem de uma grandeza maior que é o Reino de Deus, do qual a Igreja é germe e início, sinal e instrumento. (241) A Igreja é chamada a ser sinal e promotora do Reino de Deus. ‘Para isto existe a Igreja: para o Reino de Deus, que o Cristo glorificado, na força do Espírito, continua a realizar na história humana’.” (242);

“A unidade da Igreja se realiza na diversidade de rostos, carismas, funções e ministérios. É importante dar-nos conta deste grande dom da diversidade, que potencializa a missão da Igreja realizada por todos os seus membros, em liberdade, responsabilidade e criatividade. (...) a regra mais fundamental: a primazia do amor (I Cor 13), da qual advém a possibilidade de integrar organicamente a diversidade e o serviço de todos os que exercem alguma função dentro da comunidade”. (93);

“A Igreja, Povo de Deus peregrino e evangelizador:



A unidade da Igreja se realiza na diversidade de rostos, carismas, funções e ministérios.”



Uma das compreensões centrais da Igreja na tradição bíblico-ecclesial e desenvolvida de maneira privilegiada no Vaticano II é a de povo de Deus. Esta noção sugere a importância de todos os membros da Igreja, como propriedade particular de Deus, reino de sacerdotes e nação santa (Ex 19, 5-6)”. (94);

“A inter-relação e a interdependência levam a valorizar a diversidade de rostos, de grupos, de membros, de carismas e funções deste povo. Essa diversidade é vivida na mesma dignidade, em peregrinação ao Reino definitivo, no qual nenhuma diferença será desqualificada e nem rejeitada”. (99);

“A noção de povo de Deus também chama a atenção para a totalidade dos batizados: todos fazem parte do povo sacerdotal, profético e real. O Vaticano II supera a noção da Igreja como uma estrutura piramidal, começando por apresentar o que nos une – nos capítulos sobre a Igreja mistério e povo de Deus – e só depois o que nos distingue. São João Paulo II, na Carta Apostólica Novo Milênio Ineunte, nos convida a fazer da Igreja casa e escola de comunhão”. (100);

“Os cristãos são chamados a serem os olhos, os ouvidos, as mãos, a boca, o coração de Cristo na Igreja e no mundo. Esta realidade da presença de Cristo é explicitada na imagem

proposta por Paulo, a de que a Igreja é Corpo de Cristo (I Cor 12, 12-30; Rm 12, 4-5). Cristo vive e age na Igreja, que é seu sacramento, sinal e instrumento”. (102);

“O Apóstolo Paulo deixa claro que Cristo é a cabeça deste corpo (Ef 1, 22) e, assim, tem em tudo a primazia (Cl 1, 18). Nele, a Igreja tem sua origem, dele ela se nutre. A primazia do Cristo-cabeça lembra à Igreja que Ele é o centro de tudo. A Igreja é servidora de Cristo. Assim sendo, os indivíduos na Igreja, mantendo sua subjetividade, possuem uma identidade comunitária, possibilitada e mantida pelo Espírito de Cristo. Esta identidade comunitária vale para a Igreja em seu sentido universal, que atravessa a história, em todos os lugares e em todos os tempos. A imagem do Corpo de Cristo implica num forte compromisso ético de cuidado e solidariedade dos membros uns para com os outros, especialmente para com os mais fracos (I Cor 12, 12-27)”. (103);

“O Apóstolo Paulo destaca o fundamento trinitário da vida em comunidade, feita de diversidades e de unidade. O Deus uno e trino é a fonte e o modelo de toda vivência comunitária. ‘Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo. Há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo. Há diferentes atividades, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos’ (I Cor 12, 4-6)”. (190);

Muitos outros itens poderiam ser citados. Destacamos a CONCLUSÃO do Documento 105, em que nossos pastores se dirigem aos membros de cada Organismo, reconhecendo os cristãos leigos e leigas como “verdadeiros sujeitos eclesiais” e colocando todo o Corpo Eclesial no cuidado pastoral e fraterno aos mesmos. (105, nº 276 a 284).

8- A 9ª ANOPD como celebração e culminância do Ano Nacional do Laicato

“Se um membro sofre, todos os membros sofrem com ele; se um membro é honrado, todos os membros se regozijam com ele”. (I Cor 12,26).

Esta citação de São Paulo explica por si mesma, a importância e o significado da 9ª Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus ser realizada como Celebração e Culminância do Ano Nacional do Laicato. O Corpo Eclesial, na sua inteireza, se solidarizando e regozijando com um de seus membros que é constituído, inclusive, pela “imensa maioria dos batizados: os cristãos leigos e leigas”! (Cf. EG, n. 102). E, sendo realizada no Santuário Nacional da Mãe Aparecida, juntamente com a Romaria do Laicato.

Conclusão

Concluimos esta partilha, com o texto, também de conclusão, do Documento “A Sinodalidade na vida e na missão da Igreja”, da Co-

missão Teológica Internacional, ligada à Congregação para a Doutrina da Fé: “Maria, Mãe de Deus e da Igreja, que ‘reunia os discípulos para invocar o Espírito Santo (At 1,14), e assim tornou possível a explosão missionária que aconteceu em Pentecostes’, acompanhe a peregrinação sinodal do povo de Deus, indicando a meta e ensinando o estilo belo, terno e forte dessa nova etapa da evangelização”. (DI 48, n. 121). Em nosso caso, que Maria acompanhe, também, a caminhada das Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus.

Tudo para a Glória de Deus e salvação da humanidade!

NOTA:

Ao final desta palestra, foi feito o pedido à Presidência da CNBB, que viajaria na semana seguinte ao Vaticano, para levar ao Papa Francisco o nosso abraço, a certeza de nossas orações, as notícias da 9ª ANOPD e dizer a ele sobre a sinodalidade da Igreja no Brasil vivida no dia a dia e expressada, nacionalmente, nos Intereclesiais das CEBs e nas Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus

SINODALIDADE: A FORMA DE SER DE UMA IGREJA DE COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO

Sérgio Douets

A Nossa reflexão está estruturada em três momentos: primeiro, refletiremos sobre alguns desafios para a vivência da sinodalidade na vida de muitos cristãos na contemporaneidade; segundo, refletiremos sobre a sinodalidade como um elemento constitutivo da Igreja que nasce da Eucaristia e, em um terceiro momento, sobre as consequências para o seu desdobramento estrutural.

1- Algumas características da cultura atual como desafio à sinodalidade na Igreja

Uma característica que marca o atual contexto cultural é o que alguns autores costumam chamar de “cultura do gozo”¹. Uma cultura que se constrói a partir de uma profunda “ilusão de onipotência”, gerando, cada vez mais, subjetivi-

dades “sem gravidade”. Subjetividades, muitas vezes, sem uma estrutura mínima capaz de negociar com os limites da existência humana. Tal contexto, inevitavelmente, provoca novas construções de subjetivação, gerando seres com uma séria incapacidade de criar e sustentar laços sociais. Uma grande sinfonia de vozes isoladas, vivendo juntos, mas sem os outros².

Outro elemento que vai se desenvolvendo, não menos importante, é a “cultura da amnésia”³. A ilusão imaginária de que o esquecimento e a festa trazem a felicidade. No contexto religioso, não é difícil observar essas tendências, que ganham cada vez mais espaço nas religiosidades flutuantes de muitos fiéis. A espetacularização da cultura e a sua estetização são testemunhos dessa tendência também em muitas práticas religiosas na con-



Sérgio Douets, Diácono da Arquidiocese de Olinda e Recife, Doutorado em Teologia Católica pelo Westfälische Wilhelms Universität Münster,



Observa-se o surgimento, entre alguns setores da Igreja, da tendência de um catolicismo cada vez mais à la carte.

temporaneidade. Diferentemente da cultura bíblica, que se caracteriza pela cultura da anamnese. A Igreja se alimenta da anamnese, da recordação da “memória perigosa de Jesus”⁴. Ela é testemunha dessa memória e está no mundo para anunciar o seu futuro escatológico. O cristão que compreende a profundidade anamnética da Eucaristia torna-se um perigo para a “lógica do mundo”. Quem se alimenta da Verdade, inevitavelmente, é

uma testemunha que denuncia toda e qualquer forma de mentira na “mudança de época” em que vivemos. Porém, a amnésia é uma característica desse nosso momento atual. Daí os grandes desafios das novas demandas que a “crise de futuro” na nossa sociedade traz para ação da Igreja.

Não menos importante, para refletirmos sobre o desafio da sinodalidade, são as novas formas de crer, em tempos de desregulação da fé, na qual, cada vez mais, as novas subjetividades se tornam os sujeitos da própria construção da identidade religiosa⁵. Observa-se o surgimento, entre alguns setores da Igreja, da tendência de um catolicismo cada vez mais à la carte, que esteja a serviço dos desejos subjetivos dos seus fiéis, correndo o perigo de um distanciamento da profecia, inerente ao seguimento de Jesus.

Internamente, observa-se muitas vezes, como afirmou o papa Francisco quando se encontrou com o CELAM, por ocasião da sua visita ao Brasil que, “[...], trata-se de uma cumplicidade viciosa: o sacerdote [diácono] clericaliza e o leigo lhe pede por favor que o clericalize, porque, no fundo, lhe resulta mais cômodo. O fenômeno do clericalismo explica, em grande parte, a falta de maturidade adulta e de liberdade cristã em boa parte do laicato da América Latina⁶ [...]”. O perigo dos processos de infanti-

lização da fé nas suas mais variadas formas de “mundaneidade espiritual”, juntamente com os personalismos inerentes a uma sociedade do gozo, não favorecem os processos de educação da fé, que favoreçam o surgimento de discípulos e discípulas de Jesus, “sal da terra e luz do mundo”⁷.

Uma constatação preocupante na atualidade, no âmbito eclesial é, em muitos cristãos, o divórcio entre a comunhão com Corpo de Cristo na Eucaristia e a comunhão com Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja. Não é difícil de encontrar pessoas com uma profunda devoção, respeito em relação ao Corpo de Cristo na Eucaristia e, ao mesmo tempo, uma profunda indiferença e até mesmo oposição explícita à comunhão eclesial com o Corpo Eclesial de Cristo, no que se refere à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e, até mesmo, em relação ao papa. Uma concepção puramente intimista e empobrecida da experiência eucarística que, em alguns casos, beira a comportamentos mágicos. Não compreendem que não há verdadeira comunhão eucarística, sem comunhão eclesial.

Os elementos sucintamente lembrados aqui enfatizam alguns aspectos preocupantes deste cenário. A realidade, porém, é infinitamente mais complexa e traz também muito aspectos positivos. Porém, a Igreja não é uma subcul-

tura à parte da cultura contemporânea, todos os aspectos que poderíamos chamar de positivos ou negativos na cultura atual, de alguma forma, estão presentes na vida eclesial.

As novas subjetividades trazem grandes desafios para o tema da sinodalidade, já que nesse cenário as características marcantes não são as de “caminhar juntos”. Pelo contrário, vive-se um grande enfraquecimento do sentimento de pertença coletiva. Há uma forte tendência ao personalismo, à estetização da vida e à espetacularização da cultura, o que provoca, muitas vezes, uma experiência religiosa cada vez mais mergulhada em desejos subjetivos, intimista, muito emotiva e pouco profética. Porém, a Igreja está sempre confrontada a dar sinais de sua esperança ao mundo e permanecer fiel à missão que lhe foi confiada. Ela é a comunidade das testemunhas da memória perigosa de Jesus no mundo.

2. A sinodalidade é constitutiva da Igreja que nasce da Eucaristia

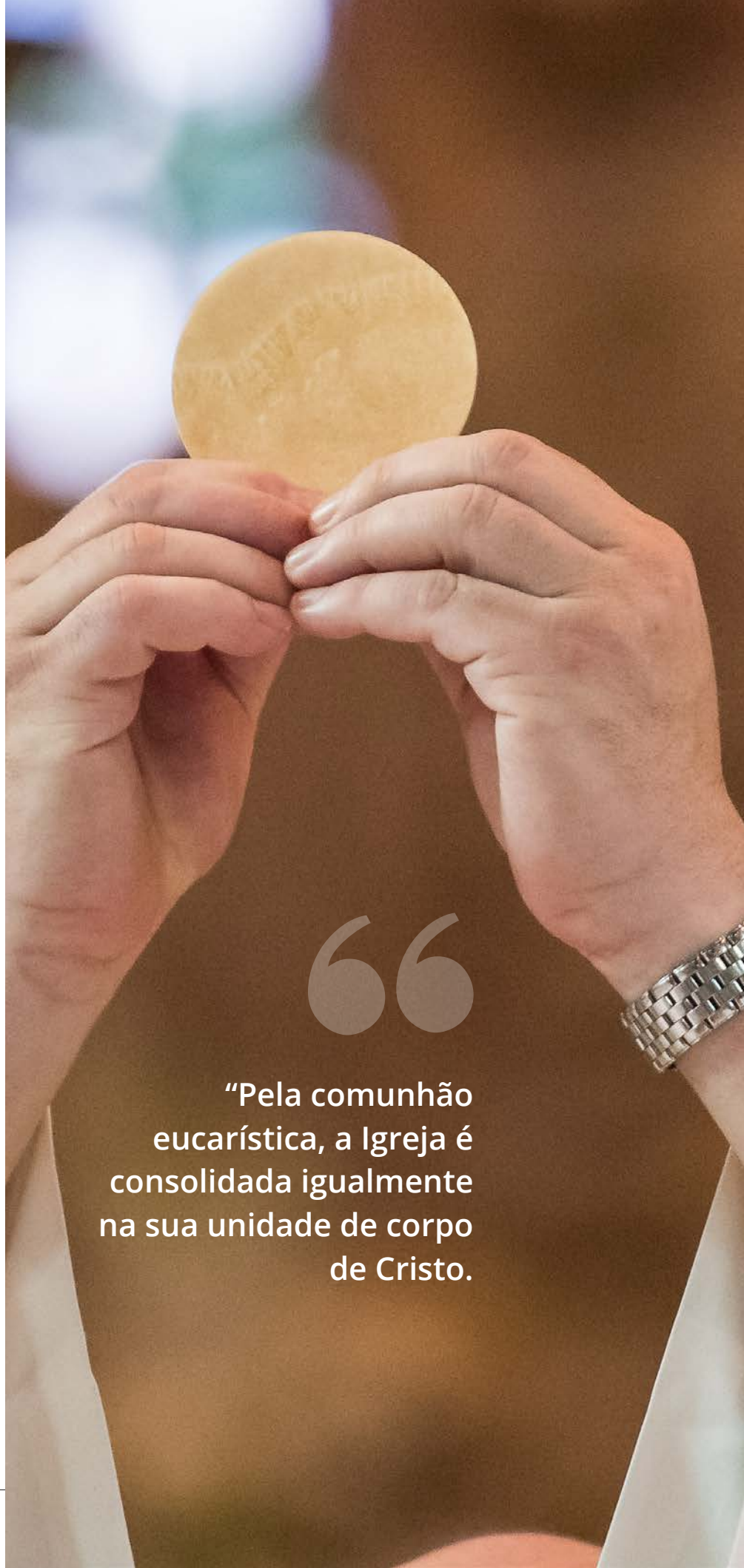
A Eucaristia, junto com o batismo, são os sacramentos por excelência da Igreja como *koinonia* (comunhão e participação) no corpo e sangue de Cristo, que tem os seus sinais visíveis na comunhão da fé com os sacramentos, com o credo e com o bispo. São Joãos

Paulo II, na Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, refletindo sobre uma passagem de São Paulo nos lembra que: “Pela comunhão eucarística, a Igreja é consolidada igualmente na sua unidade de corpo de Cristo. A este efeito unificador que tem a participação no banquete eucarístico, alude S. Paulo quando diz aos coríntios: “O pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo? Uma vez que há um só pão, nós, embora sendo muitos, formamos um só corpo, porque todos participamos do mesmo pão” (1Cor 10, 16-17). Concreto e profundo, S. João Crisóstomo comenta: “Com efeito, o que é o pão?

É o corpo de Cristo. E em que se transformam aqueles que o recebem? No corpo de Cristo; não muitos corpos, mas um só corpo. De facto, tal como o pão é um só apesar de constituído por muitos grãos, e estes, embora não se vejam, todavia estão no pão, de tal modo que a sua diferença desapareceu devido à sua perfeita e recíproca fusão, assim também nós estamos unidos reciprocamente entre nós e, todos juntos, com Cristo “. A argumentação é linear: a nossa união com Cristo, que é dom e graça para cada um, faz com que, n’Ele, sejamos parte também do seu corpo total que é a Igreja. A Eucaristia consolida a incorporação em Cristo operada no Baptismo pelo dom do Espírito (cf. 1 Cor 12, 13.27)” (*Ecclesia de Eucharistia*, n. 23).

É impossível comunhão com o Corpo de Cristo na Eucaristia sem, necessariamente, comunhão com o Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja. Como nos lembra o papa emérito Bento XVI, no seu livro “O novo povo de Deus”: [...] a Igreja é o Corpo de Cristo e renova-se continuamente graças à Eucaristia. Na Eucaristia comemos todos o mesmo pão, por natureza numericamente um - Cristo, que não se deixa transformar em nossa substância corpórea, mas ao contrário, é ele que nos assimila no seu corpo e, por conseguinte, faz todos nós um único Cristo. [...]. As consequências que daí resultam são deveras importantes. Para Paulo, a Igreja não é simplesmente Corpo místico, mas Corpo verdadeiramente de Cristo ou em outros termos, para Paulo, a expressão: “Corpo de Cristo” (isto é, os cristãos), não é apenas uma comparação ou uma metáfora, mas uma realidade que exprime a própria essência da Igreja”.⁸

Como afirma a Comissão Teológica Internacional, ao refletir sobre “A Sinodalidade na Vida e na Missão da Igreja”: “[...] A Eucaristia representa e realiza visivelmente a pertença ao Corpo de Cristo e a copertença entre os cristãos (1Cor 12,12). Em torno da mesa eucarística se constituem e se encontram na unidade da única Igreja as diversas igrejas locais. A reunião eucarística exprime e realiza o “nós” eclesial da *communio sanctorum* na qual os fiéis se tornam participantes da multiforme graça divina” (n. 47).⁹ Ou Seja, a celebração eucarística tem como finalidade



“

“Pela comunhão eucarística, a Igreja é consolidada igualmente na sua unidade de corpo de Cristo.

“transformar-nos no corpo eclesial de Cristo através da comunhão no corpo sacramental. Muitas vezes a ênfase na catequese eucarística está no encontro pessoal com Cristo, na intimidade do fiel, mas isso não pode ser o “ponto de chegada” da experiência eucarística. A meta é a plena comunhão com o Corpo eclesial de Cristo. Não é Cristo que “entra” no meu interior e sim, eu que sou atraído por Ele, saio de mim e entro em comunhão com o seu Corpo, que é a Igreja. Não poucas vezes observa-se total esquizofrenia entre a comunhão do corpo e sangue de Cristo na Eucaristia e a comunhão com o corpo eclesial de Cristo. Tal separação revela a total incompreensão do que significa comungar o corpo do Senhor.

Porém, quando verdadeiramente se vive o mistério eucarístico, o que brota dessa experiência é experiência de uma Igreja que se autocompreende como “comunhão e participação”, no corpo e sangue de Cristo, ou seja, como Koinonia. E os sinais visíveis desta koinonia que brota da Eucaristia é a comunhão na fé; nos sacramentos, no credo e na comunhão com o bispo.

Esse modelo de koinonia da comunidade eucarística por comunhão e participação, que se realiza primariamente em toda celebração eucarística concreta de uma comunidade, serve para Paulo interpretar, eclesiologicamente, a relação das comunidades entre si.

3. O desdobramento estrutural da Igreja como *koinonia* é a sinodalidade

A partir do século II, em situações que ultrapassavam as condições das Igrejas locais para resolvê-los, surgiram os sínodos regionais de bispos. Eles se reuniam e discutiam juntos, de forma sinodal, os problemas de ordem disciplinar, doutrinal ou pastoral em questão e o que era resolvido era assumido pelo conjunto dos bispos das Igrejas locais envolvidas. Na ausência de um bispo da região envolvida no problema, era comum receber uma carta do conjunto dos bispos reunidos no sínodo, partilhando o que foi resolvido de forma colegial e era assumido pelo bispo ausente, como sinal de comunhão na sua própria Igreja.

Ou seja, a sinodalidade não é uma opção eclesial, mas algo constitutivo da forma de ser Igreja, que se fundamenta na comunhão e participação do corpo e sangue de Cristo na Eucaristia. Como afirma a Comissão Teológica Internacional, ao refletir sobre “A Sinodalidade na Vida e na Missão da Igreja” (n, 55)¹⁰, “A sinodalidade exprime o ser sujeito de toda a Igreja e de todos na Igreja. [...] A vida sinodal testemunha uma Igreja constituída por sujeitos livres e diversos, unidos entre si em comunhão, que se manifesta de forma dinâmica como um só sujeito comunitário, o qual apoiando-se sobre a pedra angular

que é Cristo e sobre as colunas que são os Apóstolos, é edificada como tantas pedras vivas em uma “casa espiritual” (1 Pd 2, 5), “morada de Deus no Espírito” (Ef 2,22)”.

O chamado à centralidade da sinodalidade na Igreja, atualmente feita pelo Papa Francisco, que chega a gerar estranheza em alguns, nos convida ao exercício, nos vários âmbitos da vida eclesial, de uma atitude profundamente eucarística, que questiona radicalmente elementos dominantes da cultura atual, marcada pelo “gozo de onipotência”. Não haverá abertura à sinodalidade sem não houver o aprofundamento de uma espiritualidade de comunhão. “Assumindo a perspectiva eclesiológica do Vaticano II, o Papa Francisco descreve a imagem de uma Igreja Sinodal como “uma pirâmide invertida” que integra o Povo de Deus, o Colégio Episcopal e nele, com seu ministério de unidade específico, o Sucessor de Pedro. Nele, o vértice está abaixo da base. ‘A sinodalidade, como uma dimensão constitutiva da Igreja, nos oferece a estrutura interpretativa mais adequada para entender o próprio ministério hierárquico. [...] Jesus constituiu a Igreja colocando o Colégio Apostólico no seu ápice, no qual o apóstolo Pedro é a ‘rocha’ (cf. Mt 16, 18), aquele que deve ‘confirmar’ os irmãos na fé (cf. Lc 22,32). Mas nesta Igreja, como em uma pirâmide invertida, o vértice está

abaixo da base. Por esse motivo, aqueles que exercem autoridade são chamados de ‘ministros’: porque, de acordo com o significado original da palavra, são os menores entre todos” (n, 57).¹¹

A partir daí, pode-se compreender que a “Uma Igreja sinodal é uma Igreja participativa e responsável. No exercício da sinodalidade, esta é chamada a articular a participação de todos, segundo a vocação de cada um, com a autoridade conferida por Cristo ao Colégio dos Bispos, tendo o Papa como cabeça. A participação é baseada no fato de que todos os fiéis são habilitados e chamados a colocar a serviço um dos outros os respectivos dons recebidos do Espírito Santo. [...]. A autoridade dos Pastores é um dom específico do Espírito de Cristo para a edificação de todo o Corpo, não uma função delegada e representativa do povo (n, 67).

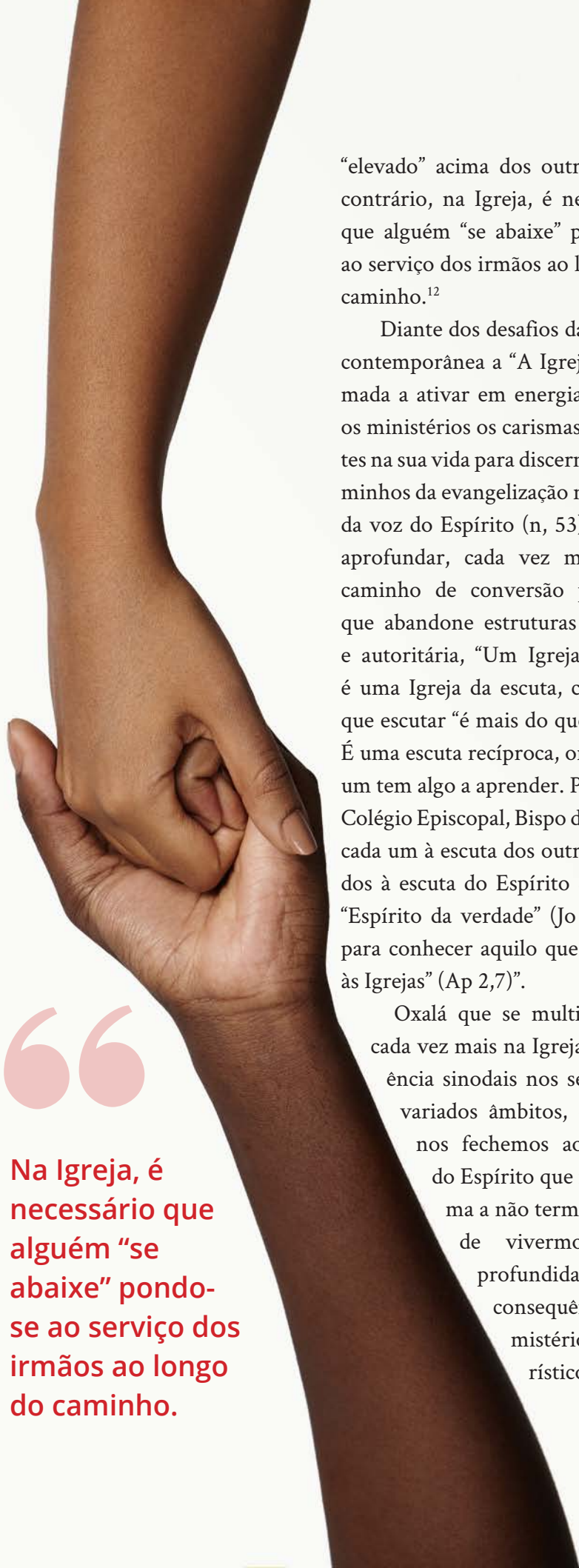
Como nos lembra o Papa Francisco, “A sinodalidade, como dimensão constitutiva da Igreja, oferece-nos o quadro interpretativo mais apropriado para compreender o próprio ministério hierárquico. Se compreendermos que, como diz São João Crisóstomo, “Igreja e Sínodo são sinónimos”, – pois a Igreja nada mais é do que este “caminhar juntos” do Rebanho de Deus pelas sendas da história ao encontro de Cristo Senhor –, entenderemos também que dentro dela ninguém pode ser

“elevado” acima dos outros. Pelo contrário, na Igreja, é necessário que alguém “se abaixe” pondo-se ao serviço dos irmãos ao longo do caminho.¹²

Diante dos desafios da cultura contemporânea a “A Igreja é chamada a ativar em energia sinodal os ministérios os carismas presentes na sua vida para discernir os caminhos da evangelização na escuta da voz do Espírito (n, 53).¹³ Urge aprofundar, cada vez mais, um caminho de conversão pastoral, que abandone estruturas caducas e autoritária, “Um Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, ciente de que escutar “é mais do que ouvir”. É uma escuta recíproca, onde cada um tem algo a aprender. Povo fiel, Colégio Episcopal, Bispo de Roma: cada um à escuta dos outros; e todos à escuta do Espírito Santo, o “Espírito da verdade” (Jo 14, 17), para conhecer aquilo que Ele “diz às Igrejas” (Ap 2,7)”.
Oxalá que se multipliquem cada vez mais na Igreja experiência sinodais nos seus mais variados âmbitos, que não nos fechemos aos sinais do Espírito que nos chama a não termos medo de vivermos com profundidade as consequências do mistério eucarístico.



Na Igreja, é necessário que alguém “se abaixe” pondo-se ao serviço dos irmãos ao longo do caminho.



O PROTAGONISMO DOS CRISTÃOS LEIGOS E LEIGAS

Lúcia Pedrosa-Pádua

A culminância do Ano do Laicato na 9ª Assembleia dos Organismos do Povo de Deus, contexto desta reflexão, foi uma grande celebração eclesial, se pensarmos na Igreja que queremos construir: uma Igreja sinodal, caracterizada por um espírito e estruturas impulsionadoras de um caminhar conjunto na diversidade de vocações e ministérios, em que todos atuem como verdadeiros sujeitos eclesiais. A Assembleia dos Organismos do Povo de Deus desejou marcar, ao mesmo tempo, um recomeço da caminhada dos cristãos leigos e leigas, ao propor, na Solenidade de Cristo Rei – Dia do Cristão Leigo – a Romaria em Aparecida. Tratou-se de um ato simbólico importante, a concretizar o espírito de uma “Igreja em saída”, como deseja o Papa Francisco, junto com Maria, a mãe de Jesus, leiga, discípula e missionária. Esta “saída” deve se dar com maior consciência do ser e da missão dos cristãos leigos e leigas, com mais empenho na construção da comunhão e





Lúcia Pedrosa-Pádua é doutora em teologia sistemática pela PUC-Rio, onde é pesquisadora e professora em tempo contínuo. Atua nas áreas de Antropologia Teológica, Mariologia e Espiritualidade. Graduada em teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE - Belo Horizonte, MG) e em Economia pela UFMG. Coordena o Ataendi, Centro de Espiritualidade da Instituição Teresiana no Brasil, dedicado à formação de cristãos leigos e leigas e trabalha na ação pastoral junto às comunidades. Integra o Grupo de Reflexão da Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato, da CNBB

com renovada ação na sociedade. Os esforços dos dois órgãos mais envolvidos no Ano do Laicato, a CNBB, e o CNLB já deram frutos, mas também sementes a germinar no tempo desafiador que nos espera como sociedade e como Igreja.

Nossa reflexão sobre o protagonismo dos cristãos leigos e leigas passa por dois pontos. Iniciamos com a reflexão sobre a minha experiência pessoal no Ano do Laicato e, em seguida, apresentamos quatro linhas-força desse protagonismo numa Igreja sinodal: a espiritualidade encarnada; a superação do clericalismo e construção da comunhão enquanto sujeitos eclesiais; a participação ativa nos areópagos modernos; e a vivência da “ecologia integral”.



**Acredito que
construir a
memória comum
do ano do Laicato
cria e fortalece
uma identidade
coletiva**

1- Experiência pessoal na preparação e vivência do Ano do Laicato

Ao refletir sobre o protagonismo dos cristãos leigos e leigas, pude realizar a memória de minha própria experiência pessoal, como mulher, cristã, teóloga e leiga, neste tempo de preparação e realização do Ano do Laicato. Selecciono e aqui apresento algumas atividades, sempre relacionadas à formação teológica, em que tive a graça de participar, a somar esforços com outras iniciativas. Não intenciono explicar cada uma, por isso me permito citar poucos nomes, mas realizar um exercício de construção da memória e da história para, talvez, animar o/a leitor/a a realizar sua própria memória, ato tão fundamental aos que desejamos celebrar e seguir o Cristo vivo.

A memória, nos diz importantes historiadores, não é algo que se resgata, mas que se constrói criativamente.¹⁴ Por isso, pode ser entendida como uma construção e uma arte, no sentido de que é configurada artesanalmente no exercício de seleccionar e priorizar acontecimentos, protagoniza-los, celebrá-los, repeti-los, recolhê-los, projetá-los ao futuro. Ao mesmo tempo, a memória é igualmente construída no exercício de apagar e esquecer acontecimentos, omiti-los, destruí-los ou observá-los passivamente, não lhes dando a mais mínima importância. Neste

jogo de construção da memória através das lembranças e esquecimentos é criada “esta” ou “aquela” identidade coletiva, “este” ou “aquele” projeto de futuro e missão.

Acredito que construir a memória comum do Ano do Laicato cria e fortalece uma identidade coletiva, como cristãos e cristãs que buscam uma Igreja participativa e sinodal em vista da missão do Reino de Deus.

Primeiramente, registro ter sido parte da Comissão de Redação do *Documento 105* da CNBB - *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade. Sal da Terra e Luz do Mundo* (Mt 5,13-14), a partir de um convite inesperado de D. Severino Clasen, Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato. Por este convite sinto, cada dia

Caminhar conjunto em um trabalho concreto, não isento de conflitos, mas com maturidade, alegria e sentido transcendental dado pela missão e o serviço ao Reino de Deus

mais, gratidão. Foram três anos de trabalho intenso, realizado no interior de uma equipe que sempre integrou corajosos bispos, leigos, leigas e sacerdotes. O processo de redação se fez de forma aberta, de tal forma que foi possível receber, seleccionar e acolher centenas de emendas, tanto de pessoas quanto de grupos, vindas dos mais diversos locais do Brasil. Todas cuidadosamente analisadas com vistas ao enriquecimento do Documento. A Equipe de Redação, em suas diversas composições – houve alterações no meio do caminho – foi convidada a participar de três Assembleias Gerais da CNBB, sendo que, após duas edições do Texto de Estudo, deu-se a final aprovação do Documento, em 2016. Neste processo, pude reaprender o significado de um caminhar conjunto em um trabalho concreto, não isento de conflitos, mas com maturidade, alegria e sentido transcendental dado pela missão e o serviço ao Reino de Deus. Esta inspiração da fé uniu pessoas, proveu bom humor, alimentou o discernimento de possibilidades e impossibilidades históricas, tocou limites pessoais, revelou afinidades e distanciamentos de pensamentos, articulou diferenças, moveu posições e corações. Enfim, tudo em prol de algo desejado por todos. Pessoalmente pude, também eu, contribuir com a minha formação específica e sensibilidade particular.



Outra frente importante de atuação foi contribuir na recepção e divulgação do *Documento 105*, através de assembleias, encontros de formação, reflexões escritas e retiros. Foram espaços principalmente laicais, alguns deles fomentados e acompanhados pela própria CNBB, alguns propostos por grupos de religiosos/as e leigos/as, como os Maristas e as Paulinas, outros ainda por presbíteros diocesanos. Naqueles em que participei, a perspectiva era sempre a de um amadurecimento na consciência do cristão leigo/a como verdadeiro sujeito na Igreja e na sociedade, o reconhecimento dos

leigos/as como tais e a superação do clericalismo.

Os espaços promovidos pelo CNLB, órgão sempre presente na redação do *Documento 105* e diretamente empenhado na alavancagem e formação de um laicato maduro, foram imprescindíveis nas atividades de articulação e formação. Tive a oportunidade e a honra de estar em quase todas as regiões desse nosso imenso Brasil. Em iniciativa conjunta do CNLB com a CNBB, pude assessorar em Mariápolis a 9ª Reunião Anual dos Dirigentes das Associações Lais. Estive em duas Assembleias Nacionais do CNLB, no Nordeste,

em Aracaju, e, no Norte, em Porto Velho. Em Assembleias regionais, acompanhei o Nordeste 2, em Garanhuns, e estive presente no Sul 3, em Porto Alegre. Percebi sempre, apesar de distintos graus de amadurecimento da organização e da distância geográfica entre as regiões, o mesmo empenho na mudança de mentalidade e estruturas, em direção ao crescimento na autonomia, compromisso e incidência social do laicato, especialmente para com os pobres, e na superação do clericalismo, tarefa ainda longe de ser efetivada fora dos núcleos mais conscientes dos cristãos leigos organizados.

Também estive presente e testemunhei grandes esforços de formação laical, através do estudo do *Documento 105*, em nível arquidiocesano, e destaco o caso de Aracaju, através do CONAL e da Arquidiocese, que contou com participação de centenas de representantes de movimentos, pastorais e paróquias, além do Arcebispo e de diversos sacerdotes. Ao mesmo tempo, testemunhei vários encontros de formação em grupos pequenos, em paróquias e capelas valiosas, que tiveram à frente párocos convictos; em outros casos, percebi o trabalho de cristãos leigos e leigas

que convenceram pacientemente seus párocos e administraram encontros de corte clericalista para levar adiante sua formação enquanto sujeitos na Igreja.

Acompanhei, como pregadora, retiros em Florianópolis, Curitiba e Cachoeiro do Itapemirim – sempre a serviço do encontro com Jesus Cristo vivo e buscando uma experiência de comunhão verdadeira entre cristãos leigos e pessoas com outras vocações na Igreja, a saber presbíteros e religiosos. Vi como um alvissareiro sinal dos tempos a abertura à novidade de uma pregadora leiga em retiros de

presbíteros e religiosos – na verdade, fato mais comum do que se pensa – e sou testemunha de que a novidade, muitas vezes, já é desejada no coração e busca caminhos concretos para ser visibilizada na comunidade eclesial. Foram experimentadas dificuldades ou mesmo algumas reações machistas? Impossível negar. No entanto, atesto que prevaleceram, em grande escala, o espírito e a atitude sinodais, bem como a celebração alegre da diversidade de ministérios.

Em espaços acadêmicos, foram duas as Semanas Teológicas, especificamente sobre o laicato e

Foto: divulgação



4º Congresso Missionário Nacional, com a presença de mais de quinhentas pessoas, no Recife.

o Documento 105, em que pude estar presente com conferências, no Rio de Janeiro e em Curitiba. Percebo que os jovens estudantes de Teologia, que estão temporalmente afastados do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais Latinoamericanas e muito afetados pelas redes sociais e midiáticas, têm pela frente uma particular missão de dar passos maiores na teologia do laicato e na reflexão sobre o projeto de Igreja que desejam construir. Impossível não mencionar o Congresso Mariológico deste ano, em Aparecida, com o forte empenho da Faculdade Dehoniana e da Academia Marial de Aparecida, que abordou o tema do rosto mariano da Igreja, a ressaltar a figura inspiradora de Maria como leiga, como propõe o Documento 105¹⁵. E o que não dizer do 4º Congresso Missionário Nacional, com a presença de mais de quinhentas pessoas, no Recife, de iniciativa da CNBB, em que foi possível vivenciar, de forma teórica e prática, os esforços da Igreja que se quer sinodal e “em saída”, com todo o Povo de Deus ativo na comunhão e na missão.

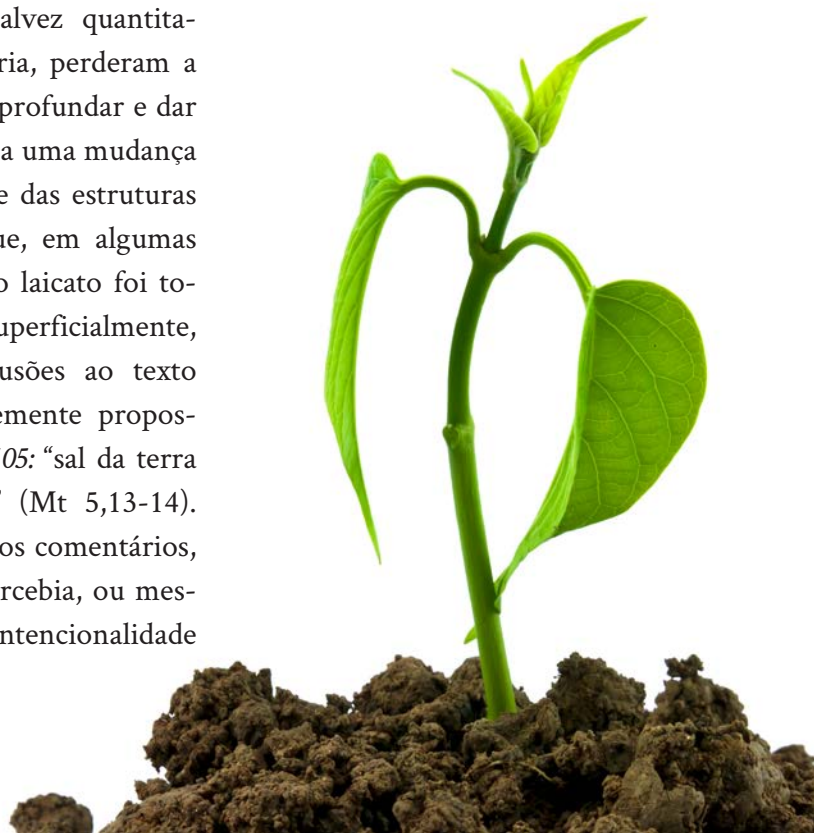
Sei que a experiência pessoal, descrita acima, constitui uma pequena amostra dos esforços totais de inúmeros sujeitos no período de preparação e, depois, vivência do Ano do Laicato. Esforços que, sabemos, atingiram esfera local, nacional, latino-americana e mes-

mo internacional.¹⁶ Incidiram de forma determinante sobre meios de comunicação, homilias – muitas delas potencializadas por estes meios de comunicação –, projetos pastorais, iniciativas de cunho social, jurídico e político, e uma “determinada determinação”¹⁷ em avançar na organização do laicato por todo o Brasil. Mas, apesar de a vivência pessoal ser apenas uma amostra, posso dizer que sou testemunha de um movimento do Espírito, alegre, profético, energético, propiciador de iniciativas novas na formação do laicato como sujeito na Igreja e na sociedade.

Não posso deixar de mencionar o outro lado deste movimento, constituído por esquecimento, indiferença e até rejeição com relação ao Ano do Laicato. Como dissemos, o esquecimento também constrói a memória – mas constrói “outra” memória e “outra” história. Muitos grupos, talvez quantitativamente a maioria, perderam a oportunidade de aprofundar e dar passos em direção a uma mudança das mentalidades e das estruturas clericais. Notei que, em algumas regiões, o tema do laicato foi tocado, se o foi, superficialmente, com pequenas alusões ao texto bíblico mais fortemente proposto no Documento 105: “sal da terra e luz do mundo” (Mt 5,13-14). Mas, na maioria dos comentários, nem sempre se percebia, ou mesmo não havia, a intencionalidade



Sementes foram plantadas, algumas já a brotar e crescer, outras a esperar o momento de desenvolver.



de se aprofundar na formação de sujeitos eclesiais, na superação do clericalismo ou na construção da comunhão em uma Igreja sinodal. Houve eventos sobre o laicato que aconteceram sem a participação dos leigos na organização ou nas palestras! Assim sendo, o normal, diante desta recusa ou indiferença, é inércia, o que significa perpetuação de uma situação de dependência e mesmo subserviência do laicato dentro da Igreja, sem aprofundamento na dignidade do Batismo como consagração fundamental e sem as consequências para a consciência do batizado enquanto sujeito eclesial e cidadão, com uma missão única nos aréopagos de nossa cultura e sociedade, tão marcados pela injustiça, pelo aumento da pobreza e pela morte.

Outras vezes, na ausência de um enfoque adequado na relação entre os diversos sujeitos na Igreja, que brota de Cristo e do Batismo, a relação de comunhão e mesmo de respeito entre os cristãos leigos e entre estes e os membros da hierarquia ficou comprometida, a gerar um ambiente de desconfianças recíprocas, de denunciamentos e até de temor. Um enorme contrates-temunho das novas relações nas quais Jesus Cristo nos insere com sua vida, morte e ressurreição.

Assim sendo, constato como o movimento do Ano do Laicato foi quantitativamente pequeno, dada a magnitude do laicato brasileiro. Po-

rém, rico e profundo em qualidade, a modo das parábolas do Reino de Deus. Sementes foram plantadas, algumas já a brotar e crescer, outras a esperar o momento de desenvolver. Daqueles que foram tocados pela proposta de uma Igreja madura e em comunhão, podemos dizer que são “sal da terra e luz do mundo” no interior da própria maioria – raivosa, contra o espírito de sinodalidade e colegialidade, maldosa em desejos de privilégios, ou, simplesmente, acomodada e distraída.

2. Orientações para um protagonismo dos cristãos leigos e leigas

Por onde prosseguir, fortalecidos por este tempo de graça que significou o Ano do Laicato? Por onde passará o protagonismo dos cristãos leigos e leigas?

A ideia do protagonismo dos leigos foi cunhada na Conferência Episcopal de Santo Domingo, em 1992. Ali, foi proclamada a prioridade pastoral de “uma Igreja na qual os fiéis cristãos leigos sejam protagonistas”¹⁸. A palavra “protagonista” pode dar a impressão de que os leigos sejam o personagem principal da Igreja, o que acusaria uma teologia muito deficiente, se consideramos a convicção conciliar de que a Igreja é comunhão na diversidade de carismas e ministérios e a intencionalidade do atual papado em aprofundar o estilo e as estruturas sinodais. Porém,

trata-se de uma falsa impressão. Evidentemente, o termo “protagonista” não deseja dar uma proeminência indevida aos leigos. Mas, sim, conceder prioridade pastoral àquela parcela eclesial majoritariamente dominada pela mentalidade e atitude clericais – presente nos leigos e no clero – e narcotizada por um comodismo que a leva a se dedicar quase exclusivamente às tarefas intra-eclesiais e a evadir-se de responder aos desafios da sociedade, da humanidade e do planeta de forma coerente com a sua fé. Em Santo Domingo, os bispos voltaram a detectar um sentimento enraizado na maioria dos cristãos leigos e leigas: eles “sentem-se católicos, mas não Igreja”¹⁹. Assim sendo, o termo “protagonista” indica urgência e prioridade.

Hoje, podemos dizer que o termo indica, além da urgência, também uma pergunta pelo conteúdo e direção deste protagonismo. Se queremos, como nos pede o Papa Francisco, uma Igreja “em saída”, é justo que nos perguntemos, para onde? Com que linhas-força? Gostaríamos de indicar algumas, que vemos como urgentes.²⁰

2.1- Primeira linha-força: uma espiritualidade encarnada

A primeira linha-força do protagonismo dos cristãos leigos e leigas é o necessário aprofundamento em uma espiritualidade pessoal e comunitária forte, inte-

grada e encarnada. Esta espiritualidade se fortalece, integra e encarna a partir do encontro com Jesus Cristo na oração, nos sacramentos e nas realidades que revelam o rosto de Cristo.

Podemos pensar num pequeno itinerário para o fortalecimento desta espiritualidade.²¹ O primeiro passo consiste em não buscar o caminho de fuga das realidades temporais para encontrar a Deus, mas, ao contrário, perseverar no meio delas, de forma presente e ativa, para descobrir, ali, a presença do Senhor e suas interpelações. Continuando o itinerário, esta perseverança ativa busca infundir, nesta realidade temporal, as inspirações

da fé e um sentido de caridade cristã. Assim, estas inspirações colocam em marcha algo novo, mesmo que pequeno. Parte essencial do itinerário, em meio aos conflitos e tensões da missão nas realidades sociais, é renovar a identidade cristã pelo contato com a Palavra de Deus, pela intimidade com o Senhor na Eucaristia e sacramentos, pela oração, pela contemplação do sofrimento dos pobres, pela iluminação dos grupos de referência.

Podemos observar no itinerário acima uma lógica de encarnação do Evangelho nas realidades temporais e uma particular valorização dos mistérios da encarnação e da redenção de Jesus Cristo.

Assim sendo, nesta espiritualidade, podemos nos sentir interpelados por duas perguntas centrais. A primeira: como é a nossa capacidade de contemplação, neste mundo em que a indiferença se globaliza? E, não menos importante: qual é o Cristo com o qual nos encontramos?

Faz sentido o apelo por abrir espaços de tempo para a contemplação dos Evangelhos e das realidades e cultivar um espírito contemplativo e de escuta. Trata-se de uma atitude, primeiramente, antropológica, que vai na contramão da hiperatividade, da superficialidade e da lógica retributivo-consumista no trato com as pessoas e



com o próprio Deus. A contemplação e a escuta abrem caminhos para o reconhecimento da natureza e do outro, especialmente os indefesos e os pobres. Contemplar e escutar suscitam atitudes de acolhida e gratuidade, indispensáveis para a vida nova que Jesus nos doa gratuitamente.

A segunda pergunta, sobre o Cristo com o qual nos encontramos, entra no coração das preocupações do atual pontificado de Francisco, que insistentemente lembra que se trata de um Cristo com carne e com cruz. É preciso, hoje, aprofundar numa cristologia que veja um Cristo com atitudes e opções concretas que estabelecem uma nova forma de se posicionar com relação à riqueza, à religião, ao templo, ao contexto sociopolítico, à família, ao trabalho, à natureza. O Cristo dos Evangelhos renova a forma de se estabelecer as relações com os pobres, os desempregados, as mulheres, os doentes, as crianças, a criação e, enfim, com o próprio Deus. Ele conhece a pobreza e o sofrimento, tem uma palavra libertadora para com os pobres e sofredores e, além da palavra, o testemunho do amor incondicional, dado na cruz.

A espiritualidade encarnada é, em seu interior, irradiadora e capaz de inspirar o encontro com Jesus Cristo vivo nos areópagos de nosso mundo, que exigem a presença qualitativa dos cristãos leigos e leigas, como sal e fermento.

Mas atenção: é preciso perceber a presença de espiritualidades desintegradoras em nosso meio, marcadas por um falso Cristo. Elas se alimentam de revelações privadas, devocionismos, individualismo e sentimentalismo. De grande valia seria a divulgação, leitura e aprofundamento na pequena Exortação *“Gaudete et exultate. Sobre a chamada à santidade no mundo atual”*, em que Francisco chama a atenção para os riscos de um Cristo sem carne, sem cruz, sem gratuidade e sem humanidade. Este falso Cristo gera um cristianismo marcado pelo neognosticismo, que confia em seus próprios e teóricos conhecimentos, e pelo neo-pelagianismo, que confia nas próprias realizações e nas estruturas.²² Ambas se esquecem que “Cristo é salvador porque assumiu a nossa humanidade integral e viveu em plenitude a vida humana em comunhão com o Pai e

com os irmãos. A salvação consiste em incorporar-se nesta vida de Cristo, recebendo o seu Espírito”.²³

Assim sendo, torna-se imprescindível abrir um espaço para contemplar e escutar o Cristo dos Evangelhos, com suas opções e atitudes, sua carne e sua cruz. Imbuir-se de seu Espírito, que suscita amor concreto. Enraizar o Evangelho nas estruturas da sociedade, através do trabalho e da presença simples, consciente e libertadora dos cristãos leigos e leigas.

No século XVI, já nos convidava Santa Teresa, na bela alegoria do bicho da seda, a entrarmos em Cristo, como casa e morada para, imersos em Cristo, por ele transformados e potencializados pela força de seu Espírito, aceitarmos sua vida nova em amor concreto e liberdade.²⁴

2.2. Segunda linha-força: superação do clericalismo e construção da comunhão enquanto sujeitos eclesiais

Numa comunidade em que há diversidade de vocações, carismas e ministérios, a comunhão entre todos é chamada a ser respeitosa, de recíproca apreciação e reco-

Mas atenção: é preciso perceber a presença de espiritualidades desintegradoras em nosso meio, marcadas por um falso Cristo.



nhecimento das funções. Ela exige cristãos leigos e leigas maduros e a desclericalização das mentalidades e estruturas, na Igreja. Apenas assim é possível pensar em verdadeira comunhão eclesial, numa Igreja que deseja seguir o caminho sinodal²⁵. Apenas neste movimento de desclericalização é possível pensar o protagonismo dos cristãos leigos e leigas.

Porém, o clericalismo, entrave à comunhão entre verdadeiros sujeitos eclesiais, segue muito enraizado na nossa Igreja latino-americana e caribenha.

É detectado desde a conferência de Medellín, em 1968, passando por todas as conferências do continente. Em 2016, foi o objeto principal da já conhecida Carta do Papa Francisco ao Cardeal Marc

Ouellet.²⁶ Essa inicia recordando a famosa frase: ‘Chegou a hora dos leigos’, mas observa: “parece que o relógio parou.” Na mesma carta, Francisco chama o clericalismo de “deformação” que “anula a personalidade dos cristãos” e, ainda pior, tende a “diminuir e a subestimar a graça batismal que o Espírito Santo pôs no coração do nosso povo”. O clero, ao tratar os cristãos leigos como “mandatário”, limita as “iniciativas, esforços e audácias” necessárias para “anunciar a Boa Nova do Evangelho em todos os âmbitos da atividade social e, sobretudo, política”. O clericalismo, “apaga pouco a pouco o fogo profético do qual a inteira Igreja está chamada a dar testemunho no coração dos seus povos”. Esquece que “a visibilidade e

a sacramentalidade da Igreja pertencem a todo o povo de Deus (cf. LG, 9-14) e não só a poucos eleitos e iluminados”.

O clericalismo é, portanto, um problema teologal e teológico, ao atingir a noção mesma da Igreja e da ação da graça batismal em todos os cristãos. Ele compromete a responsabilidade de todo o Povo de Deus em seu ser e missão, inibe a ação pastoral e a ação evangelizadora na sociedade, ao serviço ao Reino de Deus.

Na inter-relação entre a presença dos cristãos leigos na Igreja e no mundo, o clericalismo desfigura a sugestiva síntese de Puebla: a de que os cristãos leigos são “homens da Igreja no coração do mundo, e homens do mundo no coração da Igreja”²⁷.

Como combater esta deformação que associa, unilateralmente, o ser e a missão da Igreja ao clero? A afirmação dos leigos como verdadeiros sujeitos na Igreja é uma resposta a esta mentalidade clerical, no sentido da desclericalização. Isto deve acontecer em relação a cristãos leigos e leigas mas, também, em relação a religiosos e religiosas, diáconos e membros de institutos seculares.

O fortalecimento da espiritualidade encarnada e o aprofundamento numa cristologia de encarnação, como dissemos acima, é primeiro passo. Pois o próprio Cristo foi verdadeiro sujeito de sua vida, com sua liberdade, capacidade de decisões, responsabilidade e amor. E a fé em Cristo, sacramentalmente celebrada no Batismo, realiza uma inserção no ser e nas novas relações trazidas por Ele.

Se olharmos os Evangelhos, vemos como os seguidores de Jesus Cristo formam um povo de libertos, que redescobrem sua liberdade, responsabilidade e missão. E hoje, são estes cristãos, povo de livres e fiéis em Cristo, que constroem a comunhão verdadeira na Igreja, sem tutelas, subserviência, passividade, comodidade ou menosprezo de ninguém.

Isto implica uma mudança do coração e da mentalidade em direção a uma verdadeira co-

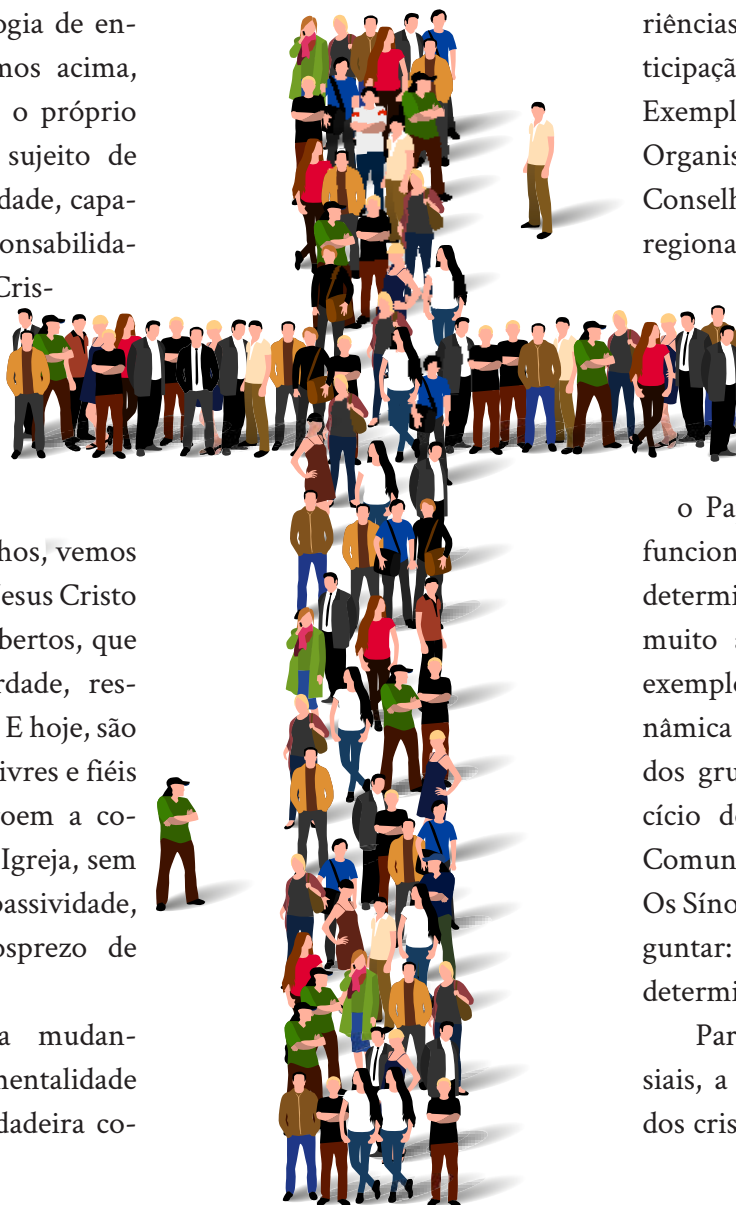
A comunhão é exercida de forma concreta, a partir de experiências em organismos de participação e corresponsabilidade.

munhão. Cristãos leigos e leigas precisam ver-se como realmente “corresponsáveis” do ser e do agir da Igreja²⁸. Superar o clericalismo torna-se fundamental para comunidades de sujeitos livres e criativos, em comunhão. Nessa missão, a comunhão eclesial não pode esquecer dos pobres, ao contrário, ela entra no movimento de privilegiá-los; ninguém pode se eximir deste mandato evangélico.

A comunhão é exercida de forma concreta, a partir de experiências em organismos de participação e corresponsabilidade. Exemplos são as Assembleias dos Organismos do Povo de Deus, os Conselhos do Laicato – em níveis regionais e nacional –, os Conselhos Pastorais, tanto paroquiais quanto em níveis mais amplos, como o diocesano, regional e nacional. Já observou

o Papa Francisco que “O bom funcionamento dos conselhos é determinante. Acho que estamos muito atrasados nisso²⁹. Outros exemplos podem ser vistos na dinâmica da religiosidade popular³⁰, dos grupos bíblicos, ou no exercício dos ministérios leigos nas Comunidades Eclesiais de Base³¹. Os Sínodos também devem se perguntar: em que as outras vocações determinam as decisões sinodais?

Para chegar a ser sujeitos eclesiais, a formação e a organização dos cristãos leigos e leigas são im-



prescindíveis. O *Documento 105* e outras publicações, abundantes no Ano do Laicato, proveem ótimas reflexões e itinerários de formação; para essa, é preciso prever tempos e recursos econômicos. Somando forças com esta formação, a organização do laicato através de seus múltiplos rostos – associações, movimentos, grupos etc – engendram virtuais potencialidades que ajudam na formação do ser e na missão do laicato. Como órgão articulador, representante e formador, o CNLB e suas formações locais – um dos poucos no gênero, na América Latina – revela cada vez mais ser um fator de fortalecimento do ser e missão do laicato.

2.3. Terceira linha-força: participação ativa nos areópagos modernos

A participação consciente e ativa dos cristãos leigos e leigas nos areópagos modernos é o coração de sua missão. O Documento 105 explicita seis desses areópagos: o mundo da família, da política – em que são destacadas as políticas públicas –, o mundo do trabalho, da cultura e da educação, das comunicações e do cuidado com a casa comum³².

São estes areópagos o anel que une a corrente do dinamismo da espiritualidade laical, como vimos no ponto 2. Sem este anel, a espiritualidade fica difusa, perde força, e se restringe às instâncias internas

da Igreja, quando muito. Cristãos leigos e leigas são chamados a não fugir das realidades conflitivas e carentes das novas relações em Cristo, como podem ser o mundo das relações políticas. Mais do que não fugir, são chamados a ali encontrar as interpelações de Deus e insuflar o seu Espírito de liberdade, justiça e paz. Sem esta atuação concreta, o ciclo espiritual não se completa e se frustra.

Trata-se do empenho consciente e real de que o Evangelho seja uma inspiração na transformação da sociedade, no nosso contexto, com perspectiva de futuro. No entanto, vejo, em minha experiência pessoal, que não são poucos os cristãos leigos e leigas que se aproximam e manifestam um desejo sincero de servir a Deus, mas, impossibilitados de perceber a inter-relação entre ser cristão e ser cidadão, não veem o serviço a Deus em seus trabalhos profissionais, textos acadêmicos, educação familiar ou opções políticas.

É uma lástima. Com relação ao mundo da política, já não é nada nova a afirmação de que ela é uma forma do amor, pois o amor, afirmou Bento XVI, dinamiza não apenas as micro relações, como amigos, família ou pequenos grupos, mas também as macro relações, como os relacionamentos sociais, econômicos e políticos.³³ A política é, nas palavras contundentes do Papa Francisco, “uma das formas

mais preciosas da caridade”³⁴.

Sem embargo, o dualismo – que atinge, separa e opõe a vivência de fé e o âmbito comum da vida e mesmo da prática religiosa – marcou nossa evangelização, que, na América Latina e no Caribe, deu-se em termos coloniais. Esta mentalidade dualista nos atinge a todos. Como nem sempre as mentalidades se habituaram a articular fé e vida, muitos cristãos seguem alienados em suas ações, ou esperam que o comando venha de suas autoridades eclesiais. As eleições recém vividas no Brasil revelaram um dualismo bem presente no exercício do voto: algumas confissões religiosas atuaram como verdadeira instância de dominação, ao invés de motivarem o discernimento na liberdade da fé. Esta realidade não é nova e reforça o dualismo entre fé e vida, disfarçado de coerência na fé.

A mentalidade colonial adentrou a religião de tal forma que, sabemos, a prática eucarística não questionasse a opressão brutal dos índios e escravos. A Eucaristia foi celebrada no espaço em que fiéis brancos estavam sentados à frente enquanto os escravos permaneciam em pé, na parte de trás para, ao final, voltarem a seu trabalho servil. Traficantes de escravos se inscreviam em portentosas Irmandades, próprias para os que realizavam este trabalho. Crianças foram invisibilizadas; mulheres não



consideradas em seu ser sujeito, tal o nível de sua objetualização na sociedade patriarcal. O mundo do trabalho, da política, das relações sociais e familiares mantinham a mentalidade colonial que permitia a dominação dos mais fracos e a violência. A religião pouco questionava, e a fé em Cristo se confundia com a prática religiosa externa. A comunhão com o corpo de Cristo na Eucaristia nem sempre significou comunhão com o corpo de Cristo que é a Igreja, e esteve longe de se concretizar em comunhão com os irmãos em humanidade que partilham uma casa comum, o planeta terra. Trata-se

de uma situação escandalosa, se confrontada com a salvação integrada e integradora oferecida por Jesus Cristo.

Vivemos uma separação tal entre a religião e a vida comum que, voltando à minha experiência pessoal, ouvi testemunhos de pessoas que realizavam peregrinação ao Santuário de Aparecida, mas que mantinham relações de violência simbólica e mesmo física com suas esposas. E o que não dizer da separação entre as devoções pessoais e a convicção política?

Apesar disso, ressoa no interior da fé cristã o Evangelho inclusivo e integrador. Na dinâmica

do encontro com Jesus Cristo vivo, vale observar como a fé se expressa em todas as dimensões da vida: pessoal (Mt 6,21), familiar (Mt 19,14; Lc 15,11), comunitária (Mt 18,21), profissional (Lc 19,8), sociopolítica (Mt 6,24; 25,35), religiosa (Mt 7,21) e ecológica (Mt 6,26). A fé em Cristo nos doa critérios de discernimento da convivência em todas as instâncias, alimenta a liberdade e responsabilidade para decidir e ousar. Assim, não pode haver nenhum âmbito da vida humana que esteja fora da presença e ação amorosa do Deus que “se encarnou neste nosso chão marcado pelo mal e pelo sofrimento para transforma-

O ser laical irá nos exigir novas formas de tecer a solidariedade com o diferente, com os refugiados, com membros de outras religiões, com os indígenas



-lo e trazer uma vida nova”³⁵. Com relação a esta superação da relação de oposição-exclusão em direção a uma relação mais integradora, o Documento 105 nos traz a famosa expressão de Santa Teresa de Jesus: “Entre as panelas está o Senhor”³⁶, lembrando que todos os espaços humanos, menos o pecado, são mediação da maravilhosa ação libertadora de Deus.

Assim, cristãos leigos e leigas são chamados, nestes tempos difíceis, a promover e viver estilos de vida mais evangélicos, integrados, solidários e hospitaleiros, compassivos e geradores de direitos na diversidade. Denunciar situações de

pobreza, formas de preconceitos, discriminação, violações dos direitos humanos, violências de todas as formas, desigualdades e intolerâncias. Promover a paz, a justiça, a inclusão e cuidado com a casa comum. Ocupar postos e atividades políticas, a deixar-se conduzir pelo Espírito de coragem. Promover práticas e processos democráticos que garantam oportunidades e direitos para todos.

Os jovens, que sejam animados a serem agentes de mudança, cidadãos conscientes de sua responsabilidade social. Que aprendam a reconhecer a voz de Deus, comover-se diante dos rostos da exclusão e do sofrimento, analisar as suas causas e participar, junto com outros, na construção de um mundo mais justo e mais fraterno. Que possam ir mais além e mais profundo que as relações pelas redes sociais e virtuais, e adentrar na “mística de viver juntos”³⁷, segundo um encontro com um Cristo que tenha carne e tenha cruz.

É preciso dar passos decisivos na superação da histórica e cômoda (embora incoerente e espúria) relação de oposição e exclusão entre a fé a vida, o sagrado e o profano, a Igreja e o mundo, o ser cristão e o ser cidadão para fermentar a sociedade e dar-lhe sabor com o fermento e o sal do Evangelho. São processos que demandam tempo, mas coloca-los em marcha torna-se mais importante que colher resultados.

2.4- Quarta linha-força: fortalecer a consciência, a vivência e o compromisso com a “ecologia integral”

Toda atividade humana tem uma dimensão ecológica e não pode ser separada dela. Todo compromisso sociopolítico está relacionado a um compromisso ecológico. A percepção da crise pela qual passamos, em que parece que o ar fica irrespirável pelas condições de vida, trabalho e sentido, não se separa da crise ambiental. Estamos no interior de uma crise que é social e ambiental – socioambiental. Somos engolidos por uma espiral de autodestruição.

De fato, na visão evangélica da vida, na plena comunhão, o ser humano é colocado integralmente e de forma harmônica em suas relações fundamentais: com Deus, com os seres humanos, com a terra, consigo mesmo. A terra é nossa casa-comum, e pode ser comparada com uma mãe ou irmã “com quem partilhamos a existência”³⁸. Grande alienação é esquecer que somos, nós mesmos, terra (cf. Gn 2,7). “O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos”³⁹.

Sabemos que, junto com o planeta, está incluída toda a humanidade, que tem uma origem e destino comuns. Esta unidade nos pode ajudar a colocar-nos em chave de comunhão, e não de divisão, diante das diferenças de religiões, geo-

Os jovens, que sejam animados a serem agentes de mudança, cidadãos conscientes de sua responsabilidade social.



grafias e projetos. Somos humanidade na condição de fragilidade, na busca da felicidade e no imperativo da vida.

O ser laical irá nos exigir novas formas de tecer a solidariedade com o diferente, com os refugiados, com membros de outras religiões, com os indígenas. Não deixemos que a nossa forma de anunciar a Jesus Cristo entre em contradição com o anunciado – o próprio Jesus. Não nos esqueçamos que não somos donos da terra, mas que essa foi dada a nós como administradores responsáveis de um bem que é universal.

Certamente, o Sínodo da Amazônia, já em curso, poderá romper paradigmas em relação a culturas historicamente tão oprimidas e desconhecidas, como as dos indígenas, e exija de nós a defesa intransigente dos direitos à vida, à cultura, à terra daqueles que cá estavam quando iniciou o sistema colonial. Quem estará ao lado dos interesses dos povos originários diante da nova fase do avassalador poder econômico neoliberal?

Nosso próprio entorno imediato já nos sensibiliza. Basta observar a crise da água, a temperatura nos transportes públicos e os problemas com a energia num dia de verão. É possível dar passos na consciência de que a humanidade e o planeta navegam no mesmo barco e adotar atitudes que contribuam para uma “ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais”⁴⁰.

O ser humano, e aqui de forma particular os cristãos leigos e leigas, como consciência da comunhão de Deus com toda a criação e toda a humanidade, podem dar voz à natureza ferida e aos que mais carregam o peso deste desequilíbrio destruidor – os pobres da terra – e são capazes de recomeçar uma nova história, em que o individualismo e a autorreferencialidade sejam superados em prol de uma existência solidária com todos.⁴¹

Conclusões

O caminho de reflexão escolhido nos permite traçar algumas conclusões, que traçamos a seguir:

1. A culminância do Ano do Laicato levou a uma renovada reflexão sobre a situação do laicato no Brasil. A experiência pessoal de cada um dos sujeitos envolvidos neste ano deve ser um “chão” a partir do qual leigos e leigas podem avançar enquanto sujeitos eclesiais, detectar pontos de dificuldade e conflitos, testar suas convicções, avaliar atividades e estratégias e renovar suas esperanças num caminhar eclesial em comunhão e sinodalidade. Tais experiências podem ser não apenas refletidas, mas documentadas e compartilhadas, para que a memória construa identidade e projete uma missão.

2. O protagonismo dos cristãos leigos e leigas é iluminado pelo contexto eclesial local, brasileiro e universal, com o pontificado do Papa Francisco. Deve também considerar o contexto sociopolítico brasileiro e os dualismos presentes na história de nossa evangelização, especialmente a separação entre a fé e a vida.

3. O protagonismo dos cristãos leigos e leigas não indica que sejam eles os personagens principais na Igreja, mas que são particularmente chamados a um des-

pertar enquanto sujeitos na Igreja e na sociedade. Apenas enquanto sujeitos podem contribuir para uma Igreja verdadeiramente de comunhão e sinodal, nesta hora do país.

4. Quatro linhas-força foram ressaltadas, com relação ao protagonismo dos leigos: a espiritualidade encarnada; a superação do clericalismo e construção da comunhão enquanto sujeitos eclesiais; a participação ativa nos areópagos modernos e a vivência da “ecologia integral”.

5. A espiritualidade encarnada foi apresentada aqui em duas exigências: a de abertura de espaço para a contemplação de Jesus dos Evangelhos e escuta das realidades que nos interpelam, e o encontro com Jesus Cristo vivo, em sua carne e em sua cruz. Ou seja, um Cristo com atitudes e opções concretas que estabelecem uma nova forma de se posicionar com relação à riqueza, à religião, ao templo, ao seu contexto sociopolítico, à família, ao trabalho, à natureza. O Cristo que estabelece novas relações para com os pobres, desempregados, mulheres, doentes, enfim, com o próprio Deus. Conhece a pobreza e o sofrimento, tem uma palavra libertadora para com os sofredores e, além da palavra, o testemunho do amor incondicional, dado na cruz. Sua ressurreição e vitória sobre a

morte indicam que o caminho dos Evangelhos é caminho da salvação.

6. A superação do clericalismo mostrou-se essencial para a construção da comunhão no interior da qual os cristãos leigos e leigas sejam verdadeiramente sujeitos eclesiais. A desclericalização é um grande desafio, e para que ela aconteça é necessária a mudança de mentalidades e estruturas fortemente enraizadas na Igreja latino-americana. Um sistema de privilégios e de privatização da Igreja por grupos pequenos deve ser revisto e desfeito. Mas é preciso dar passos. A formação e participação dos leigos e leigas em organismos de corresponsabilidade são uma forma de avançar na construção de sujeitos eclesiais.

7. Os cristãos leigos e leigas já se encontram nos areópagos modernos. Porém como? Com que qualidade e com qual consciência da relação entre ser cristão e ser cidadão? Como desmontar dualismos que dividem, separam e quase opõem a fé e a vida? Segundo este dualismo, infelizmente, situações de injustiça e violência convivem tranquilamente com práticas religiosas, sempre superficiais, como um verniz. A proposta do Evangelho, ao contrário, é profunda e integradora. A fé ilumina e fecunda todas as dimensões da vida: pessoal, familiar, comunitá-

ria, sociopolítica, profissional, religiosa e ecológica. Assim sendo, cristãos leigos e leigas são chamados a ocupar os areópagos modernos de forma a imprimir nestas realidades as inspirações do amor, da justiça, da inclusão dos pobres, dos direitos humanos e da democracia. Este processo não é apenas individual, mas institucional e político, e exige somar esforços com outros.

8. A ecologia integral vai se impondo como caminho integrador do compromisso ecológico unido ao compromisso social, numa administração responsável dos bens. A origem e o destino comum de todos os seres engendram nova forma de tecer relações de solidariedade. O sínodo da Amazônia constitui uma boa oportunidade para um despertar para a ecologia integral, que considera a criação em conexão com as dimensões culturais, sociais e humanas.

9. Finalmente, o protagonismo dos cristãos leigos e leigas adquire, tendo passado pelo Ano do Laicato, um novo patamar de exigência eclesial e cidadã, o de tornar-se verdadeiro sujeito na Igreja e na sociedade e viver a santidade. O que está em jogo é muito sério: que a acolhida do caminho de salvação aberto pelo Cristo, na Igreja, seja sinal da vida nova e da nova criação para todo o mundo.

Referências bibliográficas

BENTO XVI. Carta Encíclica *Caritas in veritate*. Sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade, nº 2, 2009. In: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html. Acesso em 10/11/2018.

CARIAS, Celso. O ministério leigo na comunidade eclesial. In: GRUPO DE REFLEXÃO DA COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL PARA O LAICATO DA CNBB. *Sujeitos eclesiais*. Sal da terra e luz do mundo. Reflexões sobre o *Documento 105*. São Paulo: Paulinas, 2017, p. 37-46.

CELAM. *Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano*. Santo Domingo. Texto oficial. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 1992.

CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 1ª ed, 2008; 15ª reimpressão. Brasília/São Paulo: CNBB/Paulus/Paulinas, 2008.

CELAM. *Documentos do CELAM*. Rio de Janeiro. Medellín. Puebla. Santo Domingo. São Paulo: Paulus, 2005.

CLASEN, D. Severino. Balanço do legado do Ano Nacional do Laicato no Brasil. Disponível em <http://www.cnlb.org.br/?p=3160>. Acesso em 10/11/18.

CNBB. *Documento 105*. Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade. Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5,13-14). Brasília, CNBB, 2016.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Carta sobre alguns aspetos da salvação cristã *Placuit Deo* (22 de fevereiro de 2018). In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20180222_placuit-deo_po.html. Acesso em 10/11/18.

PAPA FRANCISCO, Encontro com a Comissão de Coordenação do CELAM, in *Mensagens e Homilias – JMJ Rio 2013*. Brasília: Edições CNBB, 2013.

PAPA FRANCISCO. Carta ao Cardeal Marc Ouellet, Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina. In: https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2016/documents/papa-francesco_20160319_pont-comm-america-latina.html. Acesso em 20/01/2018.

PAPA FRANCISCO. Encíclica *Laudato si*. Sobre o cuidado da casa comum. Brasília: CNBB, 2015.

PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Gaudete et exsultate*. Sobre a chamada à santidade no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2018.

PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Brasília: CNBB, 2013.

PEDROSA-PÁDUA, Lúcia. “Espiritualidade laical na formação de verdadeiros sujeitos eclesiais”. *Estudos Teológicos*. Florianópolis, v. 33, nº 1, Jan.-Abr. 2018, p. 13-33.

ROCHA, Cardeal Sérgio da. Sinodalidade: caminhar juntos na missão. In: CNBB. *Missão permanente*. Reflexões e propostas. 4º Congresso Missionário Nacional. Brasília: CNBB, 2017, p. 55-63.

SANTA TERESA DE JESUS. *Caminho de Perfeição*. São Paulo: Paulinas, 1979.

———. *Castelo Interior ou Moradas*. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1981.

SOUZA NEVES, Margarida de. A educação pela memória. *Revista Teias*, v. 1, n. 1, 2000. On Line: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23820/16801>. Acesso em 15/10/2018.

VELHO, Gilberto: Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL 2019 – 2023

A primeira Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus, em 1991, teve como tema central: “As Diretrizes – Contribuições para a elaboração das Diretrizes”. Os resultados e a avaliação foram tão positivos que, em todas as ANOPDs subsequentes sempre constou da pauta uma avaliação dos encaminhamentos das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora e/ou propostas para a elaboração das próximas Diretrizes. Assim, nesta 9ª Assembleia, também constou da pauta a apresentação sobre as DGAEIB para o quadriênio 2019-2023, que seriam debatidas e votadas na 57ª AGO da CNBB, em maio de 2019, e a realização de grupos por Organismo para a apresentação de propostas.

Mons. Antônio Luiz Catelan, membro da Comissão de Redação das Novas Diretrizes, apresentou por PPT o que chamou de “primeiro esboço ou primeira versão” das futuras Diretrizes, que aguardava



emendas e sugestões para consolidar o texto que serviria de base para as discussões na 57ª AGO, quando receberiam novas emendas e seriam votadas e aprovadas.

Após a apresentação, que consta do relatório completo desta 9ª ANOPD, seguindo a dinâmica sinodal, conforme a tradição em todas as Assembleias, foram formados os grupos por Organismo, para discussão e apresentação de

emendas e sugestões, com a seguinte questão: “Quais as contribuições dos Organismos do Povo de Deus para as Novas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019 – 2023?” Ao final, foi feito o plenário das respostas de cada grupo e as contribuições foram entregues para a Comissão de Redação. (No relatório completo, podemos encontrar os resultados dos grupos).

RESUMO GERAL DAS PROPOSTAS RELATIVAS ÀS ANOPDs E À SINODALIDADE NA IGREJA

Dom *Leonardo Steiner*, Secretário Geral da CNBB e coordenador da 9ª ANOPD, responsável por “encaminhar os trabalhos e orientar os plenários” (Regimento, artigos 4 e 5), apresentou um resumo das propostas feitas pelos grupos relativas à questão “O que podemos fazer?”:

- Investir em formação e capacitação integral;
- Realizar a Assembleia dos Organismos do Povo de Deus nos Regionais;
- Cuidar mais da formação dos seminaristas em relação ao laicato;
- Fortalecer a proposta da “Igreja em saída” na formação dos cristãos leigos/as, religiosos/as e do clero;
- Construir um Plano de Ação comum, participativo, nas Dioceses e Regionais – ter dimensão da comunhão na missão desenvolvendo ações comuns;
- Programa de formação para o laicato;
- Sinodalidade a partir do Cristo pobre, do que Jesus nos ensina a partir dos mais necessitados;



- Fazer o repasse – comunicação em nossos grupos, organismos e comunidades;
- Inclusão e participação das juventudes de todos os Organismos neste espaço;
- Um maior diálogo da Igreja institucional com os Movimentos;
- Fundamentar o que somos/ como e para onde caminhamos como Igreja e, sobretudo, fundamentar a sinodalidade;
- Preparar com antecedência as Assembleias e encontrar datas que facilitem para os cristãos leigos e leigas;
- Levar para o cronograma nacional que a Assembleia aconteça no quadriênio e que seja trabalhada a nível diocesano e regional;
- Assumir o Mês especial Missionário com ousadia profética;

→ Que a formação do laicato seja apropriada aos desafios que os cristãos leigos e leigas enfrentam na Igreja e na sociedade;

→ Multiplicar os cursos de Fé e Política do CEFEP em âmbito regional e/ou macrorregional;

→ O CNLB estruturar um curso de Teologia adaptado aos cristãos leigos e leigas;

→ Trabalhar com o laicato as Campanhas da Fraternidade;

→ Voltar a fazer reuniões mensais com os/as presidentes dos Organismos do Povo de Deus e realizar periodicamente as Assembleias;

→ Tornar regulares as Assembleias do Povo de Deus, em nível nacional, regional e diocesano;

→ Fazer chegar aos grupos de base as discussões e o relatório dessa Assembleia;

→ Trabalhar melhor a formação dos novos padres e consagrados/as. Que na formação dos seminaristas haja cristãos leigos, leigas e religiosas (mulheres);

→ Criar programas específicos, visando inserir as juventudes na caminhada da Igreja.



O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio”.

5.1- Debate e definição da “regularidade das ANOPDs”

Um dos objetivos desta 9ª Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus, foi cumprir o disposto no item 274 ‘c’ do Documento 105 da CNBB, aprovado na 54ª Assembleia Geral, em 2016, que estabelece: “Efetivar o processo de participação dos vários sujeitos eclesiais, contribuindo para a consciência e o testemunho de comunhão como Igreja, tornando regulares as Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus (ANOPD), que vêm sendo realizadas desde 1991 e que reúnem os dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),

da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), da Comissão Nacional dos Presbíteros (CNP), Da Comissão Nacional dos Diáconos (CND), da Conferência Nacional dos Institutos Seculares (CNIS) e do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB). Falando sobre “a necessidade e a beleza de ‘caminhar juntos’”, o Papa Francisco afirma: “O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio”.

Após já terem conversado nos grupos por Organismo, houve a partilha no plenário e um breve debate. A decisão unânime foi de que as ANOPDs sejam realizadas

de 4 em 4 anos, sempre no ano anterior à definição das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, preferencialmente nos meados do ano. Portanto, a 10ª ANOPD ficou marcada para meados de 2022. Foi aprovado, também, que no ano anterior seja realizada a “Reunião Ampliada” com as Presidências dos Organismos, com o objetivo de avaliar a caminhada e iniciar os encaminhamentos para a próxima Assembleia. Ficou definido, ainda, a realização das reuniões dos/as presidentes dos Organismos (Conselho de Presidentes), sempre por ocasião das reuniões do CONSEP.

LITURGIA E ANIMAÇÃO DA 9ª ANOPD.

“Na Liturgia, o Corpo Místico de Jesus Cristo – Cabeça e membros – presta a Deus o Culto público integral. (...) obra de Cristo Sacerdote e do seu Corpo que é a Igreja.” (Cf. SC, n.7)



Com a presença e participação expressiva de representantes de todos os membros da Igreja, “Corpo de Cristo na história”, a Liturgia durante toda a 9ª Assembleia foi celebrada com intenso júbilo e profundidade, expressando a unidade e comunhão eclesial. Os textos, cânticos e ritos litúrgicos, preparados anteriormente por representantes de cada Organismo, vieram impressos no “Guia da Assembleia” (Ver Guia completo no Relatório da Assembleia) e, a cada momento celebrativo um dos Organismos fazia a coordenação. Tivemos Celebrações Eucarísticas com Laudes,

com Vésperas e recitação das Horas Médias da Liturgia das Horas. Contamos com a especial presença do compositor do Hino do Ano Nacional do Laicato, Adenor Leonardo Terra, que foi o responsável pelos cânticos litúrgicos e pelas salmodias.

A animação de toda a Assembleia, contou com o carisma do compositor e cantor das Comunidades, Zé Vicente, que, nos intervalos entre os temas e as assessorias trazia um refrão, uma curiosidade, um ‘causo’, uma partilha de conhecimentos populares, uma expressão de fé, um cordel, uma cantiga, sempre ilustrando o

momento e contribuindo com o tema.

Muito rica e fecunda as presenças destes dois cristãos leigos, que exercem o ministério da música a serviço da revelação e expansão do Reino de Deus.

No sábado à noite, tivemos o momento cultural, com apresentações dos Regionais e dos Organismos, contando com a coordenação do Zé Vicente e participação do cantor Antônio Cardoso. Houve, também, a degustação de comidas típicas locais e de várias partes do Brasil. Momento bonito de conagração e manifestação da alegria de sermos cristãos.

6.1- Solenidade de Cristo Rei - Dia Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas - Romaria Na- cional do Laicato

Como culminância do Ano Nacional do Laicato, no domingo, dia 25/11, Solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo Rei do Universo e Dia Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas, foi realizada a ROMARIA DO LAICATO que, juntando-se aos participantes da 9ª ANOPD e aos milhares de Romeiros e Romeiras, cumpriram a seguinte programação:

08:00 hs – Celebração Eucarística no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, presidida por Dom Severino Clasen, OFM, Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato.

NOTA:

Nesta Celebração solene, com a participação de representantes de todos os Organismos do Povo de Deus, como “Corpo Eclesial”, buscou-se expressar o que ensina São Paulo ao ensinar sobre o Corpo Místico de Cristo: “Se um membro do corpo é honrado, todos os membros se regozijam com ele.” Não só os cristãos leigos e leigas, mas toda a Igreja no Brasil realizou e celebrou o Ano Nacional do Laicato. Assim, todo o Corpo apresentou-se com o Cristo, Cabeça da Igreja, nesta Ação de Graças.



10:00 hs – Grande Ciranda Musical, no pátio central da Basílica, com a apresentação de mensagens, cantos, cordéis, danças, realizados pelos Regionais, Presidentes dos Organismos e os cantores Zé Vicente e Antônio Cardoso.

VII

MENSAGENS DOS PRESIDENTES DOS ORGANISMOS



7.1. Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB

“O caminho da sinodalidade é o caminho que Deus espera da Igreja do Terceiro Milênio”. (Papa Francisco, 2015)

Aprender a caminhar juntos. Este é o desafio permanente da Igreja nestes tempos. A Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus é um marco na caminhada conjunta da Igreja. “A eclesiologia do povo de Deus sublinha a comum dignidade e missão de todos os batizados...”. Todos corresponsáveis por

esse espírito de comunhão e participação, “comprometimento e participação de todo o povo de Deus na vida e na missão da Igreja”.

Essa participação precisa de mecanismos que propicie o acesso de todos e todas em todas as instâncias, inclusive de governo, de tomada de decisões para efetivação da caminhada conjunta de todos e

todas na Igreja. Um processo que possibilita essa participação são os conselhos de pastorais previstos nos documentos oficiais da Igreja. Na Exortação Apostólica *Christifideles Laici - CfL*, São João Paulo II enfatiza essa participação, como princípio de colaboração e decisão. Assim, caminhar juntos não será apenas uma bela expressão.



Caminhar faz parte da natureza da Igreja, caminhar em comunhão, onde todos e todas são sujeitos dessa caminhada, todos e todas são chamados e reconhecidos sacerdotes, profetas e reis, sacerdotisas, profetizas e rainhas, ou seja, todos portadores da mesma comum dignidade de filhos e filhas de Deus. Todos capacitados a participarem da missão evangelizadora da Igreja (LG 9,10). Todo batizado é um sujeito ativo da missão (EG 120)

Uma experiência sinodal na Igreja do Brasil são também as comunidades eclesiais de base: igreja a serviço, igreja do testemunho profético; tomando por base a natureza do caminhar juntos e o reunir-se em Assembleia do povo de Deus; a escuta comunitária da Pa-

lavra e da celebração da Eucaristia, da fraternidade da comunhão e da corresponsabilidade e participação de todo o povo de Deus; lugar privilegiado de participação livre e responsável em comunhão fraterna; igreja aberta ao ecumenismo e ao diálogo religioso e inter-religioso.

Como na metáfora do trem das CEBs, que acompanha a caminhada, povo de Deus a caminho, os vagões vão marcando as paradas da caminhada. Em cada estação, um Intereclesial (esse trem já tem 14 vagões), a grande Assembleia reunida: “Nós somos sim uma Igreja a caminho, sinodal”!

Que as Assembleias dos Organismos do Povo de Deus nos possibilite, como Igreja, caminhar em unidade e fraternidade, tornando

realidade essa conquista do Concílio Vaticano II, da Igreja Povo de Deus, participativa, inclusiva, ativa, missionária e evangelizadora onde cada cristã e cristão é “verdadeiro sujeito eclesial”; a Igreja em que a autoridade se exerce no serviço, na opção preferencial pelos pobres.

O Conselho Nacional do Laicato do Brasil se alegra com esta retomada que o Espírito nos propicia, enquanto Igreja no Brasil, que é a realização das Assembleias dos Organismos do Povo de Deus, um caminho sinodal, que Deus espera de nós neste milênio.

Que Nossa Senhora Aparecida das águas, nos ensine a cruzar este caminho, onde todos e todas são chamados e chamadas na unidade da missão.

Aparecida, 22 de novembro de 2018.

Marilza J L Schuina
Presidente do CNLB (2013-2016,
2016-2019)



7.2. Comissão Nacional dos Diáconos – CND

Diáconos a serviço da Vida e da Esperança!

Eu, diácono Zeno Konzen nascido em 03/01/1951, natural de Santa Cruz do Sul (RS), casado com Lori Maria Krot Konzen a vinte e seis anos. Temos três filhos e cinco netos. Em 1977 migramos para São Leopoldo onde residimos desde então. Fui ordenado diácono permanente em 21 de março de 1993 pelo então Bispo Diocesano Frei Boaventura Klopenburg e que foi meu formador, amigo e orientador. Devo o meu ministério diaconal em grande parte a Frei Boaventura que me incentivou e custeou a minha participação já em 1991 na 1ª Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus, em Itaipú (SP). Foi marcante para mim esta primeira experiência de ver e participar naquela grande assembleia como membro do povo de Deus

e de extrema importância, pois, estava em fase final de preparação para minha ordenação diaconal. Com muita alegria participei da elaboração das diretrizes para Igreja do Brasil, uma enorme graça estar integrado e partilhando a diversidade que existe em nosso imenso Brasil. Todos juntos, Cristãos Leigos e Leigas, Consagrados e Consagradas, Ministros ordenados como diáconos, presbíteros e episcopos.

A última Assembleia dos Organismos aconteceu em 1999, e só agora, nove anos depois, tivemos a graça de celebrar a 9ª Assembleia dos Organismos do Povo de Deus. A sinodalidade da Igreja e o protagonismo dos cristãos leigos e leigas iluminou todo o período de preparação durante o ano de 2018, dedicado e celebrado como o Ano

Nacional para o Laicato. Com bela mensagem na convocação fomos sendo contagiados: “O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio” (Papa Francisco). Vivemos momentos importantes nas orações, celebrações e palestras que nos fizeram refletir sobre o nosso papel na Igreja e nas comunidades. Vimos o quanto é importante celebrar momentos como aquele. Sinto-me feliz por ter participado das nove assembleias dos Organismos do Povo de Deus, que sempre foram prioridade para mim. Toda essa vivência nos mostra uma Igreja Cristã que deve, necessariamente, ser solidária, que se compadece com o sofrimento de tantos irmãos e irmãs.

“Com um significado específico, desde os primeiros séculos, são

designados com a palavra ‘sínodo’ as assembleias eclesiais convocadas em vários níveis (diocesano, provincial ou regional patriarcal, universal) para discernir, à luz da palavra de Deus e na escuta do Espírito Santo, as questões doutrinárias, litúrgicas, canônicas e pastorais que aos poucos se apresentam” (Documentos da Igreja - 48 – A Sinodalidade da Vida e Missão da Igreja, nº 4).

“A eclesiologia do povo de Deus sublinha, de fato, a comum dignidade e missão de todos os batizados no exercício da multiforme e ordenada riqueza dos seus carismas, das suas vocações, dos seus ministérios. O conceito de comunhão exprime, nesse contexto, a substância profunda do mistério e da missão da Igreja, que tem na reunião eucarística a sua fonte e o seu cume. Esse designa a res do Sacramentum Ecclesiae: a união com

Deus Trindade e a unidade entre as pessoas humanas que se realiza mediante o Espírito Santo em Cristo Jesus” (idem, nº 6).

O diácono permanente oriundo das mais diversas realidades existenciais, sociais, econômicas, culturais e religiosas exerce seu ministério como escolhido, chamado e enviado a todas as realidades da sociedade. Como homens maduros que possuem a faculdade da vida, seja no âmbito familiar, no trabalho e na Igreja servem não em nome próprio, mas em nome de Cristo Servo do povo de Deus. No exercício de seu ministério atua de diversas formas, quer auxiliando os presbíteros em alguns Sacramentos ou funções dos leigos. A identidade do diácono permanente encontra-se antes de tudo no SER. Ele recebe uma graça sacramental que determina o Espírito com que exerce seu ministério, marca-

do por uma graça específica que o configura a Cristo Servo.

Meus 26 anos de ministério diaconal foram alimentados nas nove assembleias dos organismos do povo de Deus em que pude participar. O diácono vivendo a dupla sacramentalidade se faz Igreja pelo Sacramento da Ordem e se faz povo, família no Sacramento do Matrimônio, assim, através do diácono, a Igreja está sempre pertinho dos leigos e leigas de nossas comunidades. Cientes de nosso mandato Cristão que nos foi delegado por Jesus precisamos estar atentos às necessidades das pessoas que estão em nosso convívio, promovendo a vida e vida em abundância para todos. É de suma importância que estejamos unidos como irmãos através de nossas entidades Eclesiais debatendo, meditando e refletindo as questões mais urgentes de nosso imenso Brasil, para buscar soluções ou meios de atenuar os sofrimentos dos irmãos e irmãs. Vivemos tempos difíceis, porém, temos a força de Deus em nossa jornada. Oremos pedindo que Maria estenda o seu manto de amor sobre todos nós.

Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo, para sempre seja louvado!

São Leopoldo, 30 de março de 2019.

*Diácono Zeno Konzen
(Presidente da CND – 2011-2019)*





7.3. Comissão Nacional dos Presbíteros- CNP

*“Não quero perder a Esperança”
“E a palavra se fez carne e veio morar entre nós” (Jo 1,14).*

Vivenciamos com alegria a 9ª Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus, realizada em novembro de 2018 em Aparecida/SP, a qual nos ajudou a tomar conta cada vez mais de nossa missão de Pastores, anunciadores de uma nova Esperança. E onde o protagonismo dos Cristãos Leigos (as) na Igreja se fez necessário em vista da sinodalidade urgente no mundo presente.

A Sinodalidade é uma construção constante, é preciso trabalhar em nós o valor do Vaticano II com espírito de acolhida nos vários aspectos da orientação da Igreja; usar os vários meios de

comunicação para difundir uma Igreja de comunhão, fraterna e de missão contínua, dar visibilidade a tudo aquilo que é feito em nossa Igreja, onde muitas coisas são esquecidas com o tempo. Tantos exemplos de fé, superação, amor testemunho de vida na missão evangelizadora.

Numa cultura urbana não deixemos que 85% da população vigente nas cidades fiquem sem conhecer o Deus da vida. Onde o Papa Francisco convida-nos a atravessar o limiar dos desafios do mundo presente, para que a fé seja transformada em ação.

A Sinodalidade exprime a figura da Igreja que brota do Evangelho de Jesus e que é chamada e encarnar-se hoje na história, em fidelidade criativa a tradição. Onde todos nós membros da Igreja somos sujeitos ativos da evangelização. A sinodalidade exprime a necessidade de cada dia estamos juntos em comunhão de amor, fraternidade, solidariedade, Justiça Social, Direitos Humanos e Sociais, a Luz da Doutrina Social da Igreja e da Opção Preferencial Pelos Pobres.

A assembleia do povo de Deus compreende não só aos Romanos (Ex 24,7-8), assim também as mu-



lheres, crianças, bem como os forasteiros (Js 8,33-55).

A unidade dos organismos quanto a diversidade dos seus membros. Todos gozam da mesma dignidade em virtude do Batismo (Gl 3,28; 1Cor 12,13). Todos devem dar sua contribuição para realizar o desígnio da salvação “na medida do dom de Cristo” (Ef 4,7).

O Colégio dos Presbíteros, a identidade da Igreja, Uma e Católica, por isso é importante tornar as assembleias dos organismos regular. Somos protagonistas do bem que nos faz estes momentos juntos em nossa caminhada.

Todos nós somos chamados a tornarmos parte da eleição dos ministros e a nos preocuparmos coma fidelidade ao ensinamento do Evangelho e com o ordenamento eclesiástico, (Pastores, doutores, diáconos. João Calvino nº 36b, onde o caminho da sinodalidade é plasmado e alimentado pela Eucaristia, em “harmonia sob o impulso do Espírito Santo”. Sentir, provar e receber em harmonia com a Igreja.

Como podemos ser verdadeiramente Igreja sinodal se não vivemos “em saída” em direção a todos para irmos juntos em Direção a Deus.

Nós que fazemos a CNP – Comissão Nacional de Presbíteros, damos graças a Deus por termos vivenciado este momento belo de partilha, testemunho de vida nas diversas vocações e realidades, leigos (as), Consagrados (as), Bispos, Religiosos (as), Padres, Comunidades de vida. Nossa gratidão a CNBB na pessoa do Presidente o Cardeal Dom Sérgio da Rocha, o Secretário Dom Leonardo e os demais Presidentes dos Organismos, aos pés de Nossa Senhora Aparecida e ela nos conduza sempre ao Pai.

Natal, 30 de março de 2019.

Pe. Jose Adelson da Silva Rodrigues
Presidente da CNP



7.4 Conferência Nacional dos Institutos Seculares - CNIS

IX ASSEMBLEIA NACIONAL DOS ORGANISMOS DO POVO DE DEUS, APARECIDA/SP, 22 A 25 DE NOVEMBRO DE 2018.

*“Desde o Concílio Vaticano II [...], experimentamos, de forma cada vez mais intensa, a necessidade e a beleza de caminhar juntos”.
(Papa Francisco, 17/10/2015)*

A Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus é extremamente pedagógica, pois ela consegue lembrar aos vários Organismos que não somos os únicos na Igreja, nem referência, nem cópia de outros. Lembra as maravilhas de Deus e a grande diversidade. Diversidade de pessoas, diversidade de carismas, diversidade de vocações. Deus criou o mundo e deu espaço para todos no seu Projeto.

Nós, os seres humanos é que temos a dificuldade de acolher o diferente, acreditamos, às vezes, que somos a referência para os demais. Por isso, o pecado existe em todo

ser humano e é com ele que temos que ter cuidado. O pecado é o desvio do Projeto de Deus para toda a humanidade.

Jesus Cristo esteve presente entre nós, abaixou-se para nos abraçar, nos guiar, conduzir, mostrar o caminho. Devemos olhar mais para Ele, pois Ele é a cabeça e nós os membros, cada um com sua função. Quando um membro está doente, todos sentem, quando um membro é honrado, todos os membros se regozijam com ele, quando todos estão bem tudo se desenvolve com harmonia. Todos são importantes, “o olho não pode dizer para a mão: “Não preciso de ti”,

nem a cabeça dizer aos pés: “Não preciso de vós”. Bem mais ainda, até os membros do corpo que parecem ser mais fracos, são indispensáveis (1Cor 12,21-26). Devemos, portanto, olhar mais para Ele, com sinceridade e teremos a coragem de afrontar o mal e tudo o que divide. O mal circula pelo mundo, todo organizado, com um objetivo, um propósito: a divisão, a exploração, a violência entre tantos e tantos outros males. Fazem alianças. Jesus mesmo disse que os filhos das trevas são mais espertos que os filhos da luz. Tudo isso é uma lição e um desafio para nos fazer crescer no amor a Deus e aos irmãos.



Somente podemos viver uma Sinodalidade verdadeira se assumirmos a nossa condição humana falível, mas dispostos a nos superar. A Sinodalidade é uma construção, exige trabalho, esforço, empenho constante, abertura de coração para acolher o diferente e principalmente a humildade de reconhecer que o Absoluto e a referência é somente Deus. Se vivermos a Palavra, a vivência da Sinodalidade será algo natural e se houver alguma dificuldade ou sacrifício, será um sacrifício de louvor oferecido a Deus.

Neste mundo tão complexo que vivemos, além da boa vontade da acolhida, é imprescindível muito estudo, leitura, pesquisa, análise, um olhar mais profundo e crítico sobre a realidade que nos cerca, muita formação, para discernir como proceder com consciência diante de tantas novidades e possibilidades, tantas verdades e equívocos. Hoje

os Meios de Comunicação Social facilitam esse intercâmbio e trabalho.

Os Consagrados Seculares estão inseridos no meio do mundo para viver essa realidade que se apresenta, pelos votos procuram viver agora, aqui, as realidades futuras, juntamente com todos os cristãos. A missão principal é viver a presença do Reino e levar a todo ser humano a esperança, lutar por um mundo mais justo e fraterno. Trabalham nas mais variadas profissões, vivem na família procurando ali ser um sinal. Atuam nas paróquias, nas várias pastorais como a Pastoral da Moradia, Pastoral da Criança, do Idoso, Carcerária, do Imigrante; atuam como Ministros da Palavra, Agentes de Pastoral; atuam na CPT, nas Missões. Alguns Institutos possuem obras, trabalham na Catequese, Evangelização, outros atuam diretamente na política como vereadores, em

associações, sindicatos etc. A nível dos Regionais também existe uma cooperação e comunhão entre os Organismos, com reuniões, partilha, formação.

Inseridos na Igreja, devem viver em união com o Papa, procurando viver em unidade. A Palavra de Deus é a fonte do conhecimento da Verdade e é preciso pautar a vida segundo ela. Não desistir, nem desanimar diante das dificuldades, porque todos precisamos de conversão, de alguma forma. Nossa relação principal está entre “eu” e “Deus” e a partir daí ter aquele olhar acolhedor do rosto materno de Deus para cada ser humano, cada criatura porque foram criados por seu amor. Que a nossa fé seja constante e o amor também. Essa caminhada é possível com a graça de Deus, vivendo a união com Ele e permitindo que Ele nos modele segundo a Sua vontade para que levemos ao mundo a justiça, a paz e a esperança.

Que Deus abençoe essa caminhada e que os Organismos da Igreja possam cada vez mais juntar suas forças na implantação do Reino de Deus e na luta por um mundo melhor. Que a Santíssima Trindade seja o modelo de relação perfeita, onde cada pessoa tem a sua identidade, mas formam tal unidade, que onde está um, estão os três com a mesma essência, força e amor.

São Paulo, 30 de março de 2019

Aparecida Guadalupe Cafaro
Presidente



7.5. Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB

MENSAGEM PARA A REVISTA DA 9ª ASSEMBLEIA NACIONAL DOS ORGANISMOS DO POVO DE DEUS

“A sinodalidade significa o ‘comprometimento e a participação de todo o Povo de Deus na vida e na missão da Igreja’...” (DGAEIB 109, n. 39)

Sem dúvida alguma, estamos vivendo uma mudança de época, não só na sociedade, mas na própria Igreja. Houve grande esforço no Concílio Vaticano II, pela variedade e riqueza dos documentos, de corrigir uma compreensão de Igreja que não traduzia mais a Boa Notícia do Evangelho e a expressão ação e vontade do próprio fundador, Jesus Cristo. A *Lumen Gentium*, a partir da noção de Povo de Deus, recuperou a dignidade de todos os

batizados, reconhecendo-os sujeitos ativos na missão evangelizadora.

Nos anos posteriores, prosseguiu, infelizmente, uma certa tendência centralizadora, diminuindo a conquista conciliar, que deu tanta ênfase nestes pontos: colegialidade episcopal, valorização da Igreja local, reconhecimento da dignidade e do papel do laicato na evangelização, Igreja em missão, fé inculturada, respeito à liberdade do cristão, diálogo sincero com a sociedade atual,

maior espaço à mulher na Igreja, abertura aos esforços presentes nas outras Igrejas cristãs, e mesmo outras religiões, pela justiça e pela paz.

Porém, com a eleição do papa Francisco, abriu-se uma nova página na caminhada da Igreja com o tema da sinodalidade, que aponta para uma nova mentalidade de todos os seus membros. Estamos diante da insistência corajosa do papa Francisco em concretizar uma Igreja sinodal, apesar das re-



sistências, como aversão às mudanças, medo de perda do poder, sentimentos de insegurança, etc.

Diante disso, cabe-nos louvar a Deus pelos passos dados em nossa Igreja do Brasil. Realizamos 08(oito) Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus, e por razões que não vamos comentar, aconteceu um hiato, sem que nenhuma voz – pelo menos que pudesse ser ouvida – reivindicasse a continuidade de preciosas

ocasiões para crescer nesse “caminhar juntos”. A oitava Assembleia foi realizada em novembro de 2009 e a nona em novembro de 2018.

A Conferência dos Religiosos do Brasil se alegra muito com a retomada das Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus, e faremos nossa parte para que todos os consagrados e consagradas sejam cada vez mais Igreja-povo-sinodal no compromisso com todos, principalmente os mais

pobres e vulneráveis, acolhendo a ação do Espírito Santo nesse kairós histórico assumido pelo nosso pastor maior, o Papa Francisco.

Que a Mãe Aparecida, nossa Padroeira, nos ensine a viver a sinodalidade, acolhendo, valorizando e impulsionando a todos/as deste querido Brasil, como Igreja missionária a serviço do Reino de Deus.

Brasília, 19 de novembro de 2020.

*Ir. Maria Inês V. Ribeiro, mad
Presidente da CRB Nacional*



7.6. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CNBB CHAMADOS A CAMINHAR JUNTOS!

A IX Assembleia dos Organismos do Povo de Deus, no âmbito do Ano Nacional do Laicato, representa um momento especial no caminho sinodal que a Igreja no Brasil é chamada a percorrer, em comunhão com o Papa Francisco. O tema central “Sinodalidade da Igreja e o Protagonismo dos Cristãos Leigos e Leigas” ilumina a reflexão e orienta os passos conjuntos dos Organismos do Povo de Deus novamente reunidos em Assembleia Nacional.

O tema da “sinodalidade” é de profunda atualidade, adquirindo especial importância desde o Vati-

cano II, principalmente no pontificado do Papa Francisco. Ele nos ofereceu uma reflexão teológica profunda e desafiadora sobre a sinodalidade da Igreja, na comemoração dos 50 anos da instituição do Sínodo dos Bispos, aos 17 de outubro de 2015, afirmando que “o caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio”.

A sinodalidade expressa a participação e a comunhão em vista da missão. A unidade, a variedade e a universalidade do Povo de Deus se manifestam no caminho sinodal. Entretanto, o Papa Francisco nos alerta que o conceito de sínodo é

“fácil de exprimir em palavras, mas não de ser colocado em prática”.

A sinodalidade não é uma questão restrita a organização ou funcionamento eclesial, mas pertence à própria natureza da Igreja; possui fundamentação teológica. O horizonte da sinodalidade é eclesiológico, espiritual, e não funcional. Para uma justa compreensão da sinodalidade, é fundamental retomar a eclesiologia do Concílio Vaticano II que nos apresenta a Igreja como “mistério”, sinal e instrumento de comunhão, e como “Povo de Deus”, no qual há diversidade de vocações e ministérios, mas “reina entre todos verda-



deira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo” (Lumen Gentium 32).

Nesta perspectiva eclesiológica sinodal, o laicato é chamado a participar sempre mais da vida das comunidades eclesiais, da missão evangelizadora e, de modo especial, a ser “sal da terra” e “luz do mundo”, pois por sua identidade, está “imerso no coração da vida social, pública e política” (Papa Francisco, Assembleia da CAL, 19.03.2016). Necessitamos de leigos comprometidos no interior da comunidade eclesial e nos diversos âmbitos da sociedade.

Uma Igreja onde todos são chamados a “caminhar juntos”

valoriza a escuta e o diálogo. Em pleno Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI, em sua primeira encíclica, afirmou que “a Igreja se faz diálogo”, enfatizando a atitude de escuta (cf. *Ecclesiam suam*). Na mesma perspectiva, o Papa Francisco ressalta a “escuta” como exigência fundamental para a sinodalidade. “Uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, ciente de que escutar é mais do que ouvir. É uma escuta recíproca, onde cada um tem algo a aprender. Povo fiel, Colégio Episcopal, Bispo de Roma: cada um à escuta do outro; e todos à escuta do Espírito Santo” (Discurso, Jubileu do Sínodo).

A IX Assembleia dos Organismos do Povo de Deus não preten-

de apenas refletir sobre a sinodalidade, pois o caminho percorrido para sua preparação e realização, já representa um exercício privilegiado de sinodalidade, motivo de ação de graças a Deus e de esperança na vida da Igreja no Brasil. Entretanto, temos um longo caminho a percorrer, sem jamais desistir de caminhar juntos, com passos de diálogo, de convivência fraterna e de ação conjunta.

Necessitamos valorizar as formas de exercício da sinodalidade já existentes na Igreja, a começar do nível local, passando pelo nível regional até chegar ao nacional. Por isso, é tão importante valorizar os Organismos do Povo de Deus e suas Assembleias. A memória das Assembleias anteriores, realizadas desde 1991, contribui para reavivar o desejo sincero de percorrer o caminho sinodal, olhando para o amanhã com a firme esperança de tornar regulares as Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus.

Continuemos a percorrer o caminho da sinodalidade, na certeza da presença do Ressuscitado, que prometeu estar sempre com os discípulos enviados em missão. Neste caminhar, contamos com o exemplo e a intercessão materna de Maria, Senhora de Aparecida!

Cardeal D. Sergio da Rocha, arcebispo de Brasília. (Aparecida, 22.11.2018)

VIII
ANEXOS:

Anexo I

(Convocação da Assembleia)



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
Presidência

Brasília, 13 de julho de 2018
P – N.º. 0385/18

Carta Converte para a 9ª Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus

"O caminho da Sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio" (Papa Francisco)

Irmãos e Irmãs,
Saudações em Cristo!

O Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e os/as Presidentes dos demais Organismos do Povo de Deus, reunidos em Brasília, convidam para a 9ª Assembleia Nacional a realizar-se nos dias 22 a 25 de novembro de 2018, na Casa de Hospedagem Santo Afonso, em Aparecida - SP.

Assembleia possa ser um rico momento onde aconteça a manifestação dos "vários sujeitos eclesiais e contribua para a consciência e o testemunho de comunhão como Igreja no Brasil" (cf. CNBB 105, n.274 'c').

Celebrado no Ano Nacional do Laicato, como celebração e culminância, a Assembleia terá como tema: *"A Sinodalidade da Igreja e o protagonismo dos cristãos leigos e leigas"*. O corpo eclesial refletindo e celebrando a presença e organização dos cristãos leigos e leigas no Brasil (cf. 1Cor 12,26).

O número de participantes ficou estabelecido em:

- CNBB – Presidência e CONSEP: 15 pessoas
- CRB – Diretoria e Coordenadoras das Regionais: 27 pessoas
- CNIS – Presidente e Coordenadoras das Regionais: 17 pessoas
- CND – Presidente e Coordenadores das Regionais: 19 pessoas
- CNP – Presidente e Coordenadores das Regionais: 19 pessoas
- CNLB – Leigos e Leigas das Regionais e Representantes: 100

SE/Sal Quadra 801 Conj. B / CEP 70200-014 - Brasília - DF - Brasil
Fone:(61) 2103 8300 / 2103 8200 / 98173 5967 / 98173 5958
e-mail: secretaria@cnbb.org.br Site: cnbb.org.br

- Convidados: Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato (3), Comissão Episcopal para os Ministérios Ordenados e Vida Consagrada (3), Assessores da CNBB (20), Bispos referenciais do laicato (18) e Comissão Especial para o Ano do Laicato (3).

Em Anexo, segue a ficha de inscrição. Favor preenchê-la e remetê-la para a Comissão Episcopal para o Laicato no e-mail: leigoscnbb@gmail.com até o dia 10 de setembro de 2018. Mais informações serão enviadas em nova correspondência.

Na alegre expectativa desta retomada das Assembleias Nacionais de Organismos do Povo de Deus (doc.105, n 274 'c'), rezemos pela sua frutuosa realização.

Cordialmente,

Cardinal Sergio da Rocha
Presidente da CNBB

Irmã Maria Inês Vieira Ribeiro
Presidente da CRB

Pe. José Adelson da Silva Rodrigues
Presidente da CNP

Aparecida de Guadalupe Cafaro
Presidente da CNIS

Diácono Zeno Konzen
Presidente da CND

Marilza José Lopes Schuina
Presidente da CNLB

SE/Sal Quadra 801 Conj. B / CEP 70200-014 - Brasília - DF - Brasil
Fone:(61) 2103 8300 / 2103 8200 / 98173 5967 / 98173 5958
e-mail: secretaria@cnbb.org.br Site: cnbb.org.br

Anexo II

(Mensagem da Assembleia)

IX ASSEMBLEIA NACIONAL DOS ORGANISMOS DO POVO DE DEUS
APARECIDA/SP, 22 A 25 DE NOVEMBRO DE 2018

MENSAGEM DA ASSEMBLEIA

"Desde o Concílio Vaticano II [...], experimentamos, de forma cada vez mais intensa, a necessidade e a beleza de caminhar juntos".

(Papa Francisco, 17/10/2015)

Amados irmãos e irmãs,

Que a paz do Senhor Jesus Cristo, Rei do Universo, esteja com todos!

Nós, representantes dos Organismos do Povo de Deus, estivemos reunidos na IX Assembleia Nacional, de 22 a 25 de novembro de 2018, em Aparecida (SP). Somos cristãos leigos e leigas (Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB), Consagradas e Consagrados Seculares (Conferência Nacional dos Institutos Seculares do Brasil - CNIS do Brasil), Religiosos e Religiosas (Conferência dos Religiosos e Religiosas do Brasil - CRB), Diáconos Permanentes (Comissão Nacional dos Diáconos - CND), Presbíteros (Comissão Nacional de Presbíteros - CNP), Bispos (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB).

O que procuramos viver no cotidiano da Igreja no Brasil foi experimentado e expressado mais intensamente nestes dias, pois como nos ensina São João Paulo II: "Todos os estados de vida, tanto no seu conjunto, como cada um deles em relação com os outros, estão a serviço do crescimento da Igreja, são modalidades diferentes que profundamente se unem no 'mistério de comunhão' da Igreja e que dinamicamente se coordenam na sua única missão" (*Christifidelis Laici*, n. 55)."

A Assembleia, no âmbito do Ano do Laicato, teve como tema central a "Sinodalidade da Igreja e o Protagonismo dos Cristãos Leigos e Leigas" e, como objetivos: fortalecer a Igreja comunhão e missão; reavivar a consciência da corresponsabilidade na evangelização; crescer na comunhão entre os Organismos e vivenciar a sinodalidade e a unidade na ação evangelizadora; "tornar regulares as Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus (ANOPD), que vêm sendo realizadas desde 1991..." (*Documento* 105 da CNBB, n. 274 'c'); celebrar a presença e organização dos cristãos leigos e leigas no Brasil e celebrar a culminância do Ano Nacional do Laicato.

Fizemos a memória histórica das Assembleias anteriores; refletimos e aprofundamos a Sinodalidade da Igreja e o protagonismo dos cristãos leigos e leigas, como também a sinodalidade entre os Organismos; conhecemos as propostas e apresentamos sugestões para as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) – 2019 a 2023; encaminhamos a regulamentação das Assembleias Nacionais dos

Organismos do Povo de Deus, definindo sua realização a cada 4 anos; e celebramos solenemente a realização do Ano Nacional do Laicato, no Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

Realizamos uma análise da atual situação do Brasil, a partir da crise política experimentada pelo País nos últimos anos, com o esvaziamento da ética na sociedade, as incertezas com relação ao futuro, a pobreza e o desemprego que se agravam, a violência que se expande e o olhar excludente em relação às minorias e aos movimentos sociais. Este contexto exige de nós atitudes proféticas e uma articulação das iniciativas para a construção de uma sociedade justa, humana e fraterna. Neste sentido, a Campanha da Fraternidade de 2019, "Fraternidade e Políticas Públicas", será um momento privilegiado para afirmar a nossa identidade cristã.

Como o apóstolo Paulo escreve aos Coríntios: "Se um membro sofre, todos os membros sofrem com ele; se um membro é honrado, todos os membros se regozijam com ele" (1Cor 12, 26). Como Corpo de Cristo, sofremos e nos solidarizamos com os que são incompreendidos e perseguidos, na pessoa do Papa Francisco, dos nossos queridos Bispos e dos demais irmãos e irmãs do Povo de Deus. Nossa esperança e missão se fundamentam na afirmação de Jesus: "No mundo, tereis aflições, mas tende coragem! Eu venci o mundo" (Jo 16,33).

Que Nossa Senhora Aparecida, Rainha e Padroeira do Brasil, modelo de todas as vocações, nos ensine a viver a Sinodalidade em toda a Igreja e o protagonismo cristão, para sermos "sal da terra e luz do mundo" (Mt 5,13-14).

Aparecida, SP, 25 de novembro de 2018.

No ano da graça do Senhor,
na Solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo, Rei do Universo.



Cardeal Sergio da Rocha
Presidente da CNBB



Dom Leonardo Ulrich Steiner, OFM
Secretário Geral da CNBB



Ir. Maria Inês Vieira Ribeiro
Presidente da CRB



Pe. José Adelson da Silva Rodrigues
Presidente da CNP



Aparecida de Guadalupe Cafaro
Presidente da CNIS



Diácono Zeno Konzen
Presidente da CND



Marilza José Lopes Schuina
Presidente da CNLB


Anexo III

Ata da IX Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus

ATA DA IX ASSEMBLEIA NACIONAL DOS ORGANISMOS DO POVO DE DEUS DA CNBB

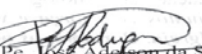
A IX Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus (ANOPD), realizou-se no Seminário Redentorista Santo Afonso, na cidade de Aparecida/SP, nos dias 22 a 25 de novembro de 2018. **O dia 22 de novembro** foi reservado para acolhida e credenciamento dos participantes. Também os presidentes dos Organismos realizaram uma reunião para ajustar os últimos detalhes da organização desta Assembleia: fechamento da pauta; definição das comissões; ajustes na programação e a organização da mesa redonda sobre a Análise de Conjuntura. **No dia 23 de novembro**, iniciamos com a Celebração Eucarística, presidida, pelo Cardeal Dom Sérgio da Rocha (Arcebispo de Brasília e Presidente da CNBB), que em sua homilia refletiu sobre a temática desta Assembleia: “*A Sinodalidade da Igreja e o protagonismo dos Cristãos Leigos e Leigas*”, pontuando os seguintes aspectos da sinodalidade: unidade, comunhão e missão (serviço e testemunho). Os trabalhos continuaram sob a coordenação do Pe. José Adelson (presidente da CNP), que fez o convite para a composição da mesa: Cardeal Sérgio da Rocha (Presidente da CNBB); Dom Leonardo Ulrich Steiner, OFM (Secretário Geral da CNBB); Ir. Maria Inês Vieira Ribeiro, mad. (Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB); Aparecida de Guadalupe Cafaro (Presidente da Conferência Nacional dos Institutos Seculares do Brasil – CNISB); Marilza José Lopes Schuina (Presidente do Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB); Pe. José Adelson da Silva Rodrigues (Presidente da Comissão Nacional dos Presbíteros – CNP); Diác. Zeno Konzen (Presidente da Comissão Nacional dos Diáconos – CND). A palavra foi passada ao Cardeal Sergio da Rocha que acolheu a todos os presentes na fé e na alegria, agradecendo a todos pelo esforço em realizar esta Assembleia, pois isto já demonstra um grande acontecimento de sinodalidade. Dom Leonardo, também fez uso da palavra, manifestando a alegria pelo retorno das assembleias, após quase 10 anos sem serem realizadas, e apresentou a pauta da assembleia fazendo os devidos ajustes. Pediu ao Pe. José Adelson que fizesse a leitura do Regimento e das funções a serem executadas durante a IX ANOPD. Dando continuidade a pauta foi convidado para fazer a “Memória das Assembleias e seu contexto atual”, o assessor da CNBB para o Laicato, Laudelino Augusto S. Azevedo. Após breve intervalo, foi proferida a conferência sobre o tema central: “*A Sinodalidade da Igreja*”, pelo Diác. Sérgio D. Vasconcelos (Arquidiocese de Olinda e Recife). Em sua fala acentuou os seguintes pontos: a) Algumas dificuldades para a vivência da sinodalidade em alguns setores da Igreja na contemporaneidade; b) A sinodalidade que brota de uma Igreja que se compreende como koinonia; c) Os apelos atuais por uma Igreja cada vez mais sinodal. À tarde, após a Hora Média, foram organizados os grupos para que respondessem as seguintes questões: a) Como estamos vivendo a sinodalidade na igreja do Brasil? b) Quais os desafios (dificuldades) em relação a sinodalidade? c) O que podemos fazer para mudar estes desafios? (sugestões). Os 14 grupos responderam as questões propostas e suas contribuições constam no Relatório final. Ainda no período vespertino foi apresentado um Painel dos Organismos da CNBB sobre o modo como estão vivendo a Sinodalidade da Igreja e como tornar regulares as Assembleias dos Organismos. Para concluir a temática central o Assessor Diác. Sérgio fez suas conclusões convidando os/as participantes “*a buscar uma sinodalidade missionária e samaritana encarando com leveza e alegria. Esta deve ser alimentada no encontro pessoal com Jesus, pois é este encontro que nos dá a capacidade de resiliência, a leveza e a alegria para superar os desafios e dificuldades*”. Dom Leonardo Ulrich encerrou este momento partindo da explicitação da etimologia da palavra “*Sinodalidade*” e de modo assertivo chamando-nos a “*caminhar juntos com força e vigor, pois vivemos a sinodalidade quando damos mais de nós mesmo para a Igreja. Portanto, os organismos são expressões da sinodalidade da Igreja*”. Após o jantar, fomos convidados a participar de uma Análise de Conjuntura Política, realizada por Daniel Seidel (Membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB e da Executiva das Pastorais Sociais da CNBB). A análise versou sobre 03 ideias: a democracia interrompida; as eleições 2018 e uma Igreja em saída. Após sua fala houveram várias intervenções dos participantes tendo como tônica: a primeira questão é o como/por que e onde chegamos, pois deixamos de discutir e de fazer política; outra questão é que a sociedade não rege-se mais pela ética e sim pelo mundo virtual; a este cenário político perpassa a preocupação com o futuro. Portanto, o que nos resta é a esperança, o movimento deve ser outro, devemos trabalhar a ética e a

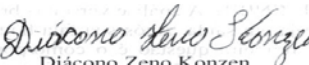
política a partir da comunidade e assim mudaremos a sociedade. **No dia 24 de novembro**, iniciamos os trabalhos com a Celebração Eucarística, presidida por Dom Reginaldo Andrietta (Bispo de Jales e referencial da Comissão do Laicato). Em sua homilia acentuou o protagonismo dos leigos e leigas convidando a todos para que, segundo o exemplo de Santo André Dung-Lac e dos companheiros mártires vietnamitas, possamos testemunhar a nossa fé e nosso compromisso como cristãos no seguimento de Jesus. Em seguida, no auditório, foi proferida uma conferência sobre “O Protagonismo dos Cristãos Leigos (as)”, assessorada por Lucia Pedrosa, pós-doutora em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma e professora na PUC do Rio de Janeiro. Após o intervalo foi dada oportunidade de ressonância sobre o tema exposto aos participantes e a assessora fez suas conclusões acentuando: “*Não adianta saber sobre sinodalidade e não ter uma experiência sinodal*”. Retornamos após o almoço com a oração do mês missionário Extraordinário que tem como lema: “*batizados e enviados: a Igreja de Cristo em missão no mundo*” e foi entronizada a Cruz Missionária usada no último Congresso Missionário da América (V CAM), ocorrido na Bolívia. Logo após foi lido o “texto mártir” da Mensagem ao povo de Deus apresentado para as devidas alterações. Continuando os trabalhos o Mons. Antonio Catelan apresentou o “texto base de estudo” das novas “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2019 a 2023”. Após a explanação organizou-se grupos de estudos por Organismos, para apresentarem sugestões a serem enviadas para a equipe de redação das diretrizes. Também realizou-se os encaminhamentos finais desta Assembleia, ficou decidido que a ANOP seja realizada a cada 4 anos no primeiro semestre e votada a Mensagem final para o Povo de Deus. Terminado este momento de Plenária os participantes rezaram juntos a Oração das Vésperas e encerramos o dia com um Jantar de Confraternização. **No dia 25 de novembro**, Solenidade de Cristo Rei do Universo, tivemos a Romaria Nacional dos Leigos e Leigas como Culminância do Ano do Laicato e a participação de todos os participantes da Assembleia dos Organismos na Celebração da Eucaristia no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Aparecida/SP. Após a Santa Missa houveram Mensagens e uma Ciranda Musical no palco central em frente a Basílica homenageando os cristãos leigos e leigas de todo o Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerramos a IX Assembleia dos Organismos do Povo de Deus da CNBB, e nós Secretários, a saber: Ir. Dionísia Pereira Duarte, Maria Istélia Coelho Folha e Pe. Iuri Ribeiro dos Santos lavramos a presente ata que será assinada por nós, pelo Presidente da CNBB, Secretário Geral da CNBB e pelos presidentes dos Organismos do Povo de Deus, Aparecida/SP, 25 de novembro de 2018.


Ir. Dionísia Pereira Duarte
Secretária

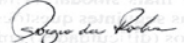

Maria Istélia Coelho Folha
Secretária



Dom Leonardo Ulrich Steiner, OFM
Secretário Geral da CNBB

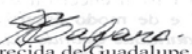

Pe. Adilson da Silva Rodrigues
Presidente da CNP

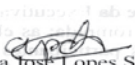

Diácono Zeno Konzen
Presidente da CND


Pe. Iuri Ribeiro dos Santos
Secretário


Cardeal Sergio da Rocha
Presidente da CNBB


Ir. Maria Inês Vieira Ribeiro
Presidente da CRB


Aparecida de Guadalupe Cafaro
Presidente da CNIS


Marilza José Lopes Schuina
Presidente da CNLB

Anexo IV

LISTA DOS PARTICIPANTES

1. Adalva Cordeiro de Siqueira Melo - CNLB
2. Adenor Leonardo Terra - Convidado/liturgia
3. Aldinha Inês Welzbacher – CRB
4. Adriana Cristina Gomes – CNIS
5. Alcimário Pereira de Oliveira – CNP
6. Aleandro Laurindo da Silva – CNLB
7. Alvaro Luiz dos Santos Leocádio - CNLB
8. Alzinete Ferreira Santos – CNIS
9. Amanda Signori - Leiga/CIMI
10. Ana de Loudes Alves Figueira - Laicato
11. Ana Maria Secioso de Sá – CNLB
12. Anderson Danilo Lopes –CNLB
13. Anete Affonso Motta – CRB
14. Antônio Celso Schiavo – CNLB
15. Antônio Cardoso -Convidado/apresentação musical
16. Antônio Heliton Alves – CND
17. Antônio Julio Martins – CNLB
18. Antônio Ramos de Moura – CRB
19. Antônio Zanon – CNLB
20. Aparecida de Guadalupe Cafaro - CNIS- presidente
21. Ariosvaldo Aragão – CNP
22. Aroldo de Oliveira Braga – CNLB
23. Auristênio Batista- CRB
24. Bento Chinaglia – CND
25. Cacilda Mendes Peixoto – CRB
26. Carlos Moura - Leigo/CBJP
27. Carla Denise Maia da Costa – CNIS
28. Carlinda Matos de Brito – CNIS
29. Carlos Francisco Signorelli - CNLB

30. Carmelita Fernandes de Oliveira - CRB
31. Carmelita Maria Sampaio da Silva - CNLB
32. Cássio Wagner Alves Vieira – CNP
33. Celia Soares - CNLB
34. Cecília Guaraná – CNLB
35. Celso Pinto Carias - assessor CEBs/CNBB
36. Cláudia Nicolau Fernandes – CNLB
37. Cláudio José dos Santos –CNLB
38. Cláudio Mauricio Zorzan – CNLB
39. Cleocir Bonetti – CNP
40. Clotilde Prates de Azevedo – CRB
41. Dalva Resende Egg – CRB
42. Daniel Seidel - CNLB/Comissão Especial Ano do Laicato
43. Dionísia Pereira Duarte – CRB
44. Diva de Jesus Negrão Andrade - CNLB
45. Dom Giovane Pereira Melo - CNBB
46. Dom Reginaldo Andrieta – CNBB
47. Dom José Mario Skalon Angonese - CNBB
48. Dom Sérgio da Rocha - CNBB - presidente
49. Dom Leonardo Steiner - CNBB - secretário geral
50. Dom Frei João Bosco B. de Sousa - CNBB
51. Dom Frei Severino Clasen – CNBB
52. Dom Francisco Biasin – CNBB
53. Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira - CNBB
54. Dom Darci José Nicioli – CNBB
55. Eclesia Alves da Silva – CRB
56. Edi Pradier – CNLB
57. Eduardo Bastos – CNP
58. Elza Muraga Zanon – CNLB
59. Eurides Alves de Oliveira – CRB
60. Fatima Aparecida Ferre – CNLB
61. Felomena Procek – CNIS
62. Floriza Kazue Okuda – CNIS
63. Francineuda Rodrigues de Aquino - CNLB

64. Francisco José dos Santos – CNLB
65. Francisco Salvador Pontes Filho - CND
66. Geni Maria Hoss - Leiga Movimento Schoenstatt
67. Geralda de Fátima Miranda – CRB
68. Geraldo Aguiar - Grupo de reflexão Comissão Laicato/CNBB
69. Gilbraz de Souza Aragão - Grupo reflexão Comissão do Laicato/CNBB
70. Hamilton dos Santos Nascimento - CND
71. Harriet Pereira de Farias – CNLB
72. Iarley Pereira de Sousa - CNLB - Novas Comunidades
73. Inácia Josefa dos Santos – CRB
74. Inácio José Werner – CNLB
75. Iraci Amorim – CNLB
76. Iuri Ribeiro dos Santos – CNP
77. Ivenise Terezinha Santinon - GR Comissão do Laicato/CNBB
78. Ivone Bortolato – CNLB
79. Izabel Gonçalves Arpa Gimeno - CNLB
80. Jairo Moura Costa - Leigo/ Pastoral dos Migrantes
81. Jardel Neves Lopes - Leigo/Pastoral Operária
82. João Antônio Guedes –CNLB
83. Joaquim Gomes da Silva – CNLB
84. Jorge Luíz de Paula – CRB
85. José Adelson da Silva Rodrigues - CNP - presidente
86. José Batista da Silva – CNLB
87. José Ernanne Pinheiro - assessor CNBB
88. José Getúlio do Nascimento – CND
89. José Heriberto Silva - Convidado/animação, apresentação musical
90. Jucélia de Jesus Silva – CRB
91. Jussara Seidel - Leiga/Animadora
92. José Vicente Filho - Convidado/animação, apresentação musical
93. Laudelino Augusto dos Santos Azevedo (Laicato, assessor/CNBB)
94. Leci Conceição do Nascimento - CNLB
95. Leila de Castro – CNLB
96. Leonardo Henrique de Sousa Moura - CNLB
97. Leonilda Pierazo de Oliveira – CNIS
98. Letícia Altoé – CNLB

99. Lúcia Pedrosa - (Laicato, assessora)
100. Luís Antônio Ferreira – CNLB
101. Luiz Henrique Ferfóglia - CNLB
102. Manoely de Jesus Dias da Silva - CNLB
103. Marcia Maria Domingas de Almeida Signorelli - CNLB
104. Marcia Terezinha Carlos - CNLB
105. Marcos Osmar Freire da Silva - CRB
106. Maria Aurenir da Silva Paiva - CNLB
107. Maria Dirce dos Santos Laureano - CNLB
108. Maria Ibelza da Silva – CNLB
109. Maria Inês Leandro – CNLB
110. Maria Inês V. Ribeiro - CRB - presidente
111. Maria Istélia Coelho Folha - CNLB
112. Maria Lúcia da Luz – CRB
113. Maria Lúcia de Jesus – CNIS
114. Maria Margarete Gonçalves - CNIS
115. Maria Monteiro Botelho – CRB
116. Maria Paula Lipori Lemos
117. Maria Thereza Arruda Alves da Silva- CRB
118. Marizete Salete Wansoski - CRB
119. Maureen Margaret Finn – CRB
120. Marilza José Lopes Schuina - CNLB - presidente
121. Marinês Anchesqui Bobbio - CNLB
122. Marlete Alves de Lacerda - CNIS
123. Marlise Ritter – CNLB
124. Marlúcia Mendonça da Silva - CNIS
125. Maura Araujo dos Santos - CNLB
126. Maura Maria Venzon – CNLB
127. Mauro Xavier – CNLB
128. Moisés Batista dos Santos - CNLB
129. Monsenhor Antônio Catelan - assessor CNBB
130. Padre Antônio Marcos Depizzoli - assessor CNBB - CNP
131. Padre João Cândido da S. Neto - assessor CNBB - CNP
132. Patricia Cabral – CNLB
133. Paulo Vitor de Sousa – CNLB

134. Pedro Armante Carneiro Machado - Leigo/Comunhão e Libertação
135. Pedro Cadeira – CNLB
136. Pietra Soares da Silva - Comissão do Laicato/CNBB
137. Quinto Piazza – CNLB
138. Rejane Ane Teixeira Gaia - CNLB
139. Rener Seixas Bianchini - CNLB
140. Rubens Nunes da Mota – CRB
141. Sergio D Vasconcelos - Diácono (assessor)
142. Silvana Aparecida Gregório - CNIS
143. Silvia Regina Freitas – CRB
144. Solange Pereira Barros – CRB
145. Sônia Maria Duque Vieira Lago - CNIS
146. Sueli Aparecida Bellato – CRB
147. Tânia de Lucena Nobrega - CRB
148. Tales Faleiros Lemos – CNLB
149. Thereza Ana Slonski – CRB
150. Terezinha Hellmann – CNIS
151. Vanda Maria de Carvalho Lima - CNLB
152. Vânia Fernandes de Oliveira - CRB
153. Vera Lúcia Bezerra – CRB
154. Wilson Tarcício Caglioni –CND
155. Vinicius de Menezes Fabreau - CNLB
156. Vítor Hugo Ramos - músico/apresentação
157. Wanderley Aparecido Turine - CNLB
158. Welder de Carvalho Silva - CNP
159. Zeno Konzen – CND
160. Zilda Barbosa Santos – CNIS
161. Vilmar Gonzaga – CND
162. Wladimir Comassetto – CNLB
163. Vanderlei Moacir Servo Andrade da Silva -Músico/apresentação

NOTAS

1 Entre outros: LEBRUN, Jean-Pierre. **Um mundo sem limite. Ensaio para uma clínica psicanalítica do social.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004; LEBRUN, Jean-Pierre. **O homem sem gravidade.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008. BRAUNSTEIN, Néstor. **Gozo.** São Paulo: Escuta, 2007; BARROS, Cíntia Marassi. **Religião e gozo.** Juruá: Curitiba, 2009.

2 LEBRUN, Jean-Pierre. **A perversão comum. Viver juntos sem os outros.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

3 METZ, Johan Baptist. **Memoria passionis. Uma evocación provocadora em uma sociedade pluralista.** Santander: Sal e Terra, 2007.

4 METZ, Johan Baptist. **A fé em história e sociedade. Estudos para uma teologia fundamental prática.** São Paulo: Paulinas, 1980, p. 103-255.

5 HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido. Religião em movimento.** Petrópolis: Vozes, 2008.

6 Discurso do papa Francisco aos bispos responsáveis do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), por ocasião da sua visita ao Brasil. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa-francesco_20130728_gmg-celam-rio.html>. Acesso em: 15 de fev. de 2020.

7 CNBB. **Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade.** São Paulo: Paulinas, 2016.

8 RATZINGER, Joseph. **O novo povo de Deus.** São Paulo: Molokai, 2016, p. 109-110.

9 Cf.: Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_

10 Ibidem.

11 Ibidem.

12 Cf.: Discurso do papa Francisco em comemoração ao cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos, em 17 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html>. Acesso em: 16/07/2020.

13 Cf.: Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_sp.html>. Acesso em 13 de dezembro de 2020.

14 Cf. SOUZA NEVES, Margarida de. **A educação pela memória**, p. 6; VELHO, Gilberto: **Memória, identidade e projeto.**

15 Especificamente os números 113 a 115.

16 Cf. Dom Severino Clasen. **Balanço do legado do Ano Nacional do Laicato no Brasil.** *On Line*

- 17** Expressão de Santa Teresa de Jesus em seu livro *Caminho de Perfeição*, cap. 21,1.
- 18** CELAM. *Santo Domingo*, nº 103.
- 19** CELAM. *Santo Domingo*, nº 96
- 20** Desenvolvi este tema mais detidamente no meu artigo Espiritualidade laical na formação de verdadeiros sujeitos eclesiais. *Estudos Teológicos*. Florianópolis, v. 33, nº 1, Jan.-Abr. 2018, p. 13-33.
- 21** Cf. CNBB. Documento 105, nºs 184-187.
- 22** PAPA FRANCISCO. *Gaudete et exsultate*, nºs 35-62.
- 23** CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Placuit Deo* (22 de fevereiro de 2018), nº 11.
- 24** Cf. SANTA TERESA. *Castelo Interior ou Moradas*, Morada 5, cap. 2.
- 25** Cf. ROCHA, Cardeal Sérgio da. *Sinodalidade: caminhar juntos na missão*, p. 55-63.
- 26** PAPA FRANCISCO. Carta ao Cardeal Marc Ouellet, On Line.
- 27** CELAM. *Puebla*, nº 786; CELAM. *Aparecida*, nº 209.
- 31** CNBB. *Documento 105*, nº 87.
- 32** FRANCISCO, Encontro com a Comissão de Coordenação do CELAM, nº 4, p. 91. Cf. CNBB. *Documento 105*, nº 141.
- 33** Cf. FRANCISCO. Carta ao Cardeal Marc Ouellet.
- 34** Cf. CARIAS, Celso. *O ministério leigo na comunidade eclesial*, p. 37-46
- 31** CNBB. Documento 105, nº 87.
- 32** FRANCISCO, Encontro com a Comissão de Coordenação do CELAM, nº 4, p. 91. Cf. CNBB. Documento 105, nº 141.
- 33** Cf. FRANCISCO. Carta ao Cardeal Marc Ouellet.
- 34** Cf. CARIAS, Celso. *O ministério leigo na comunidade eclesial*, p. 37-46
- 35** CNBB. *Documento 105*, nº 133a.
- 36** CNBB. *Documento 105*, nº 133b.
- 37** PAPA FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*, nº 87. Ver também nºs 88-92.
- 38** PAPA FRANCISCO. *Laudato si*, nº 1.
- 39** PAPA FRANCISCO. *Laudato si*, nº 2.
- 43** PAPA FRANCISCO. *Laudato si*, nº 137.
- 44** Cf. PAPA FRANCISCO. *Laudato si*, nº 208.

9ª ASSEMBLEIA NACIONAL DOS ORGANISMOS DO POVO DE DEUS

APARECIDA(SP), 22 A 25 DE NOVEMBRO DE 2018



UMOLHAR



“Vós sois o Sal da Terra”, “Vós sois a Luz do mundo”
Cristãos leigas e leigos, Povo de Deus, da Igreja ‘em saída”.

Casas, sobrados e verticais, moradas na Terra, casa comum, das muitas moradas.
O Sol e a Lua do tempo e do devir, da História em muitas histórias.
Nos rostos e mãos a diversidade pródiga do Criador: Mulher, Homem, Lavrador,
Operário, Criança, Jovem, Negro, Índio...

Nas mãos os cinco pães e dois peixes da partilha e da comunhão fraterna.
Nas mãos a Palavra abrindo horizontes.

Nas mãos os instrumentos de trabalho do campo e da cidade.
Nas mãos o maracá da festa e da esperança, a Margarida da ternura e do martírio.
Nas mãos a Pomba da Paz, o Sal da Terra e a Luz do mundo.

(Luís Henrique Alves Pinto – Varginha/MG)